

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS VII – CODÓ
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS/HISTÓRIA**

TAMIRES CRUZ FREITAS

FUTEBOL FEMININO NO MUNICÍPIO DE CODÓ – ANOS 1990

CODÓ-MA

2022

TAMIRES CRUZ FREITAS

FUTEBOL FEMININO NO MUNICÍPIO DE CODÓ – ANOS 1990

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História da Universidade Federal do Maranhão – Campus VII, Codó-MA – como requisito obrigatório para obtenção do grau de Licenciada em Ciências Humanas - História.

Orientadora: Profª. Dra. Jascira da Silva Lima

CODÓ-MA

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Cruz Freitas, Tamires.

Futebol feminino no município de Codó - anos 1990 /
Tamires Cruz Freitas. - 2022.
54 f.

Orientador(a): Jascira da Silva Lima.

Curso de Ciências Humanas - História, Universidade
Federal do Maranhão, Codó, 2022.

1. Codó. 2. Feminilidade. 3. Futebol Feminino. 4.
Identidade de gênero. 5. Lesbiandade. I. da Silva Lima,
Jascira. II. Título.

TAMIRES CRUZ FREITAS

FUTEBOL FEMININO NO MUNICÍPIO DE CODÓ – ANOS 1990

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Humanas/História da Universidade Federal do Maranhão – Campus VII, Codó-MA – como requisito obrigatório para obtenção do grau de Licenciada em Ciências Humanas - História.

Orientadora: Profa. Dra. Jascira da Silva Lima

Aprovada em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Jascira da Silva Lima (Orientadora)
Coordenação do Curso de Licenciatura
Interdisciplinar em Ciências Humanas/História
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dra. Fabiana Pereira Correia (examinadora
interna)
Coordenação do Curso de Licenciatura
Interdisciplinar em Ciências Humanas/História
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dra. Franciele Monique Scopetc dos Santos
(examinadora externa)
Departamento de Educação do Campo
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS ROLIM DE MOURA

*À minha família, amigos e todos aqueles que
contribuíram para a realização deste trabalho.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, por ter me proporcionado saúde, vida e condições físicas e emocionais para concluir mais uma etapa da minha vida.

Aos meus pais, Celanildes e Elisvaldo, por terem me dado apoio e incentivo para a conclusão deste trabalho.

A professora Dra. Jascira da Silva Lima, pela paciência e orientação oferecida ao longo da construção deste trabalho.

A todas as mulheres as quais entrevistei, que dedicaram um pouco do seu tempo e por terem contado suas histórias para que assim pudéssemos conhecer um pouquinho do que foi o futebol feminino na década de 1990, aqui na cidade de Codó.

Agradeço também a UFMA pelo incentivo e por todo o conhecimento que me proporcionaram através de aulas e projetos aos quais estive inclusa, Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência - PIBID e Residência Pedagógica, e que me permitiram concluir mais este trabalho.

RESUMO

O presente estudo tem como principal objetivo resgatar o processo de inserção da mulher no futebol feminino no município de Codó durante os anos 90, relatando as dificuldades enfrentadas para romper com os papéis sociais destinados à elas em uma sociedade machista e desigual, onde a prática desse esporte foi, durante décadas, proibida para o público feminino. O preconceito para com a mulher amante de bola historicamente caracterizou o futebol feminino. Se inicialmente este esporte era contraindicado apenas por questões biológicas, devido aos ossos mais frágeis, menor massa muscular e prejudicial aos órgãos reprodutivos, a partir de 1841 o cenário muda. É através da instituição de dois decretos-leis, o de 1941 e o de 1965, que ele passa não apenas a ser contraindicado, mas proibido para as mulheres, passando a ter caráter criminal. Após a revogação dos decretos em 1979 e a criação da primeira Seleção Brasileira Feminina de Futebol em 1998, as atletas ainda precisaram lidar com velhos e novos desafios que se apresentaram, tais como o questionamento em torno de sua sexualidade, disparidade nos salários e a divulgação dos jogos, bem como a erotização de seus corpos nos meios midiáticos. Atualmente, uma nova luta se apresenta à população feminina que se dedica a esse esporte: a de ocuparem postos de comando dentro da estrutura de organização do futebol. Veremos que tais limitações são resultantes de alguns fatores, tais como, racismo, desigualdade de gênero e devido ao preconceito social com relação a classe social à qual essas mulheres pertenciam: eram mulheres negras e de periferia. A metodologia utilizada na pesquisa foi a qualitativa, orientada por revisões bibliográficas e técnicas de levantamento de dados empíricos como consultas em sites da internet e entrevistas. Para análise e interpretação dos fatos utilizamos como lente interpretativa autores como Moraes (2012), Moura (2009) e Telles (2017), que trabalham com a temática do futebol feminino.

PALAVRAS-CHAVE: Futebol feminino. Feminilidade. Codó. Identidade de Gênero. Lesbiandade.

ABSTRACT

The present study has as its main objective to rescue the process of women's insertion in women's soccer in the municipality of Codó during the 1990s, reporting on the difficulties faced to break with the social roles assigned to them in a sexist and unequal society, where the practice of this sport was, for decades, forbidden to the female public. Prejudice against women ball lovers has historically characterized women's soccer. If initially this sport was contraindicated only for biological reasons, due to weaker bones, less muscle mass and harm to the reproductive organs, as of 1841 the scenario changes. It is through the institution of two decree-laws, in 1941 and 1965, that it becomes not only contraindicated, but forbidden for women, becoming criminal. After the repeal of the decrees in 1979 and the creation of the first Brazilian Female Soccer Team in 1998, the athletes still needed to deal with old and new challenges that presented themselves, such as the questioning around their sexuality, the disparity in salaries and the publicizing of the games, as well as the eroticization of their bodies in the media. Currently, a new struggle presents itself to the female population dedicated to this sport: that of occupying command positions within the soccer organization structure. We will see that such limitations are the result of some factors, such as racism, gender inequality, and due to social prejudice regarding the social class to which these women belonged: they were black and from the outskirts of the city. The methodology used in the research was qualitative, guided by bibliographic reviews and techniques of empirical data survey such as consultations on websites and interviews. For analysis and interpretation of the facts we used as interpretive lens authors such as Morais (2012), Moura (2009) and Telles (2017), who work with the theme of women's soccer.

KEY WORDS: Women's soccer. Femininity. Codó. Gender Identity. Lesbianism

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. FUTEBOL: DO SURGIMENTO AO PROCESSO DE INSERÇÃO DA MULHER	13
2.1 Origem do futebol	13
2.2 A chegada do futebol ao Brasil	15
2.3 A chegada do futebol ao Maranhão	19
3. DESAFIANDO REGRAS: ENTRE A FEMINILIDADE E A ILEGALIDADE	22
3.1 Início do futebol feminino no Brasil e seus impasses	22
3.2 A ditadura da beleza, a legislação e as pressões religiosas como impasses à prática legal do futebol feminino no Brasil.....	27
3.3 Futebol feminino e identidade do gênero, a apropriação dos corpos femininos pela igreja e pela mídia.....	29
3.4 A criação da Seleção Brasileira de Futebol Feminino e seus dilemas	32
3.5 Uma nova luta para entrar nos gramados	34
4. FUTEBOL FEMININO EM CODÓ: A EXPERIÊNCIA DAS JOGADORAS CODOENSES NOS ANOS 1990	37
4.1 A cidade de Codó e os espaços destinados ao esporte.....	37
4.2 Elismar, Batista, Antônia Lúcia e Pretinha: praticantes do futebol em Codó	38
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
BIBLIOGRAFIA	45
ANEXOS.....	49
APÊNDICES	51

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo analisar o processo de inserção das mulheres no futebol, contextualizando os desafios enfrentados por elas desde o início do esporte no país até a criação da primeira Seleção de Futebol Feminino, destacando também que, mesmo após sua legalização, a luta por igualdade entre homens e mulheres que praticam este esporte ainda se mantém.

Meu interesse em pesquisar o tema veio após a exibição de uma matéria intitulada “Futebol feminino, uma história invisível”, exibida em 2019 pela TV Brasil¹, onde pude constatar que a história da mulher sempre fora marcada por discriminação e moldada por interesses e padrões de comportamento que privilegiam o masculino.

A importância deste estudo está em contribuir com a visibilidade da história de luta que as mulheres travaram ao longo dos séculos XIX e XX para conseguir inserção em áreas comumente tidas como exclusivas dos homens, especialmente no ambiente esportivo. O estudo permite conhecer elementos desse contexto vivenciado por mulheres no Brasil, no Maranhão, dando destaque a cidade de Codó.

A justificativa deste estudo se deve ao fato de que a história da mulher no esporte, especialmente no futebol, ainda é marcada por preconceitos. As limitações para práticas esportivas são resultantes de um longo processo histórico que negou e silenciou a presença feminina neste espaço. Os poucos registros sobre mulheres praticando esporte necessitam ser resgatados e reinterpretados como mais uma situação em que as mulheres desafiam as regras sociais para manifestar seus gostos e suas necessidades.

Quando voltamos ao passado descobrimos que os primeiros esportes praticados pelas brasileiras eram aqueles que realçavam a beleza e a delicadeza, como ginástica, natação, tênis, voleibol, equitação e esgrima. Isso porque a partir de 1934, a legislação do país passa a contraindicar a prática de desportos intensos para a população feminina, especialmente aqueles que favoreciam o desenvolvimento dos músculos.

Em 1938 a Educação Física brasileira classificava as atividades moderadas e delicadas como próprias ao gênero feminino, já que biologicamente eram vistas como naturalmente frágeis e delicadas. Como justificativa para proibir a mulher de praticar quaisquer modalidades esportivas de seu interesse argumentava-se que tais práticas eram

¹ Rede televisiva pública brasileira da Empresa Brasil de Comunicação, pertencente ao Governo Federal.

incompatíveis com a natureza calma e com as funções reprodutivas da mulher, portanto, qualquer exercício que envolvesse pancadas e golpes eram condenados pelos higienistas². Além disto, duas legislações iriam surgir posteriormente para reforçar estes estereótipos, a de 1941 e a de 1965.

O decreto-lei nº 3.199 de 1941, em seu artigo 54, afirmava que mulheres eram proibidas de praticarem desportos incompatíveis a sua natureza, devendo o Conselho Nacional de Desportos (CND), órgão responsável por incentivar, orientar e fiscalizar a prática esportiva no país, regulamentar e baixar as regras necessárias para isso. Já em 1965, período da ditadura militar³, o decreto é novamente publicado, dessa vez, especificando quais esportes eram condenados para a população feminina, entre eles, lutas de qualquer natureza, futebol, polo, rugby, halterofilismo e baseball.

Observamos que, embora o decreto tenha sido revogado em 1979, a situação pouco se alterou. O preconceito com relação às mulheres, que sempre acompanhou a história do esporte mais popular do país, ainda se faz presente, deixando consequências na liberdade feminina para praticar o esporte de acordo com o seu gosto e não por orientação ou determinação da ordem social machista e sexista, que reserva para a mulher o esporte que não comprometa as características comumente associadas às mulheres, como a delicadeza e a fragilidade. Isso nos fez refletir, também, sobre o fato de que, necessariamente, as mulheres praticantes do futebol precisam apresentar características associadas ao masculino para serem consideradas “boas de bola”.

Reflexo disso é que apenas em 1998 tivemos a formação da primeira Seleção Brasileira Feminina de Futebol. Momento onde o esporte começou a se profissionalizar, porém, ainda carregado de preconceito, como o questionamento em torno da sexualidade das atletas e a permanência da invisibilidade, como destaca Moraes.

O fato de não termos muitas mulheres em destaque na história do futebol brasileiro, não corresponde à sua não existência. Elas apenas não tiveram voz, seja por questões políticas, éticas, ideológicas, religiosas ou culturais. (MORAES, 2012, p.34).

²Corrente de pensamento que surge no final do século XIX e que prevalece até os anos de 1950, tendo como principal objetivo promover uma melhor qualidade de vida através de uma educação para a saúde. Disponível em: <<https://simposioregionalvozesalternativas.files.wordpress.com/2012/11/priscila-movimento-higienista-e-o-atendimento-c3a0-crianc3a7a.pdf>> Acessado em: 10/08/2020.

³ Regime político instaurado no Brasil em 1º de abril de 1964 e que perdurou até 15 de março de 1985. Governo de caráter autoritário e nacionalista, regido por sucessivos militares. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/revistapassagens/artigos/v11n3a32019.pdf>> Acessado em: 10/08/2020.

Por meio do registro de algumas trajetórias de vida, resguardada pela memória daquelas que vivenciaram essas situações, de quebra de protocolos e de não conformidade com a invisibilidade de suas histórias, a persistência foi o que permitiu a elas ocuparem estes espaços, como veremos mais à frente no estudo. Jogar futebol, então, passa a ser considerado mais um ato de resistência na luta das mulheres.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, para apresentar uma síntese do início do esporte no país, suas regras e como a sociedade reagiu frente à participação feminina. Para as aproximações com a realidade empírica foi utilizado o método qualitativo, onde a escolha das interlocutoras seguiu o critério da disponibilidade das praticantes do futebol em falar (contar suas histórias), visto que, as mulheres são silenciadas nas suas trajetórias de vida. Nas primeiras investigações sobre a realidade de Codó enfrentei dificuldades para encontrar mulheres que jogaram futebol e que tivessem disponibilidade para contar suas experiências.

A elaboração do roteiro de entrevista teve a intenção de instigá-las a falar sobre suas experiências com a prática do futebol. Para a realização das mesmas, foram elaborados dois roteiros, um para as ex-atletas e outra para o Sr. Batista, visto que atuaram em campo em posições diferentes. Todas as entrevistas foram realizadas presencialmente na casa das entrevistadas e do entrevistado, exceto Pretinha, que devido ao seu tempo disponível reduzido ocorreu de forma remota, com o auxílio de um celular.

O recorte temporal do estudo levou em consideração mulheres que praticaram o futebol feminino em Codó nos anos de 1990, devido haver dificuldade de identificar mulheres praticantes deste esporte em décadas anteriores.

Ressalto ainda que devido necessidade de manter o distanciamento social, por orientação da Organização Mundial de Saúde devido pandemia provocada pelo Covid-19, algumas informações e validações pensadas para a imersão no campo de pesquisa não foram efetivadas, como pensar e problematizar os efeitos das práticas machistas no futebol quando as mulheres interseccionalizam marcadores de diferenças sociais como raça e classe, ficando as mesmas para serem aprofundadas em trabalhos futuros.

Devido recomendações do Ministério da Saúde sobre as medidas protetivas ao novo Covid-19, houve restrições na localização de outras entrevistadas, que pudessem acrescentar com suas histórias registradas no trabalho, visto que no contexto atual, há receio da população brasileira em receber pessoas em suas casas. Uma forma de proteger a si mesmo e aos seus

familiares. As entrevistas que foram realizadas durante o trabalho de campo seguiram todos os protocolos de segurança orientadas pela OMS.

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos, onde no primeiro apresento o objetivo do trabalho, a importância e as justificativas para a realização do mesmo, assim como a metodologia, os desafios enfrentados e as contribuições que ficam para as gerações futuras.

No capítulo dois será abordada a origem do futebol, como ele se deu entre os diferentes povos da Antiguidade até sua chegada em solo brasileiro após sua modernização entre os ingleses. Veremos que este esporte só teve aceitação em nosso país devido ao contexto social vivenciado na época, o da Belle Époque. Mas esta aceitação excluía a participação de todos aqueles que não pertenciam aos grupos aristocráticos, entre eles, mulheres e negros. Apresento também breve resumo sobre como este esporte chega ao Estado do Maranhão através de Joaquim Moreira dos Santos.

No terceiro capítulo veremos que uma das ferramentas usadas para impedir a participação feminina no futebol foi a imposição dos decretos-leis de 1941 e 1965. Apesar da revogação de tais regulamentações em 1979, a situação pouco se alteraria. As atletas continuaram sendo impedidas de jogar e o futebol feminino só foi regulamentado em 1983. Mesmo com a criação, em 1998, da primeira Seleção Brasileira Feminina de Futebol gerando maior visibilidade, elas ainda precisaram lidar com velhos e novos desafios, como preconceito quanto à sexualidade, erotização de seus corpos nos meios midiáticos, disparidades nas transmissões dos jogos pela mídia esportiva, dupla/tripla jornada feminina, diferença salarial e exclusão em postos de comando do esporte.

No capítulo quatro, além da pesquisa bibliográfica, foi utilizada a pesquisa de campo, onde foram entrevistadas quatro pessoas que viveram o futebol feminino em Codó nos anos de 1990. Aqui veremos os relatos de Elismar, Antônia Lúcia e Pretinha, três mulheres que tiveram uma atitude de rebeldia frente a uma sociedade machista que as impediam de jogar bola. Porém, veremos que mesmo após jogarem futebol, atitude considerada por nós como de rebeldia, as outras dimensões da vida, como a necessidade de sustentar a família financeiramente foi fator decisivo para as afastar dos gramados. Também me dedico a registrar a história do Sr. Batista, um dos primeiros técnicos de futebol feminino da cidade de Codó.

2. FUTEBOL: DO SURGIMENTO AO PROCESSO DE INSERÇÃO DA MULHER

Neste capítulo será abordada a origem do futebol entre os diferentes povos, gregos, espartanos, chineses, japoneses, maias e astecas, e, como em cada época e lugar esse esporte apresentou suas particularidades. Adentrando o século XX, na Inglaterra, veremos que ele surge com suas características atuais após um desentendimento dos membros praticantes do Rugby.

Em seguida, veremos como ele se apresentou em solo brasileiro. É através de Charles Miller, aristocrata inglês. Em 1894 começa a ser praticado entre as elites do país, de São Paulo. Outra figura importante a qual se atribui sua origem foi o carioca Oscar Cox, o qual trouxe esta novidade para o Rio de Janeiro em 1897.

Será contemplado também, o porquê de os aristocratas abandonarem os campos para dar lugar ao homem pobre e periférico. Veremos que por mais que houvesse essa popularização do esporte entre as camadas desfavorecidas, as mulheres e os negros ainda continuaram sendo excluídos da sociedade e do futebol.

Para finalizar, explicito a chegada do futebol ao Maranhão. Será em 1905, através de Joaquim Moreira dos Santos, que junto com outros integrantes criou o Fabril Athletic Club, primeiro clube de futebol maranhense.

2.1 Origem do futebol

Dialogando com o Cozac (2008) e Souza (2010), veremos que ainda existem controvérsias sobre a origem do futebol. Os primeiros estudos de sua prática indicam que ele existiu na América Central, América do Sul, China, Grécia e Roma, por volta dos séculos III e II a.C. Em cada região com suas particularidades. Os gregos antigos praticavam um esporte chamado “Episkiros”, que consistia na formação de duas equipes de nove jogadores, todos militares, sendo realizado em um terreno retangular. Em Esparta, a bola era feita de bexiga de boi preenchida com terra. Posteriormente, após a dominação romana, o jogo tomara proporções violentas, passando a se chamar de “Harpastum”.

Na China, que também tinha por finalidade um treinamento militar, os atletas usavam a cabeça dos inimigos como bola. Com o tempo, os crânios dos oponentes passaram a

ser substituídos por um material de couro revestido de cabelo, que deveria ser passado de pé em pé sem deixar cair no chão.

No Japão, o “Kemari” era praticado entre as cortes do imperador. A bola era feita de fibras de bambu e era proibido o contato físico entre os atletas durante a partida. Adentrando a Idade Média, os militares disputavam o “Soule”, onde divididos entre atacantes e defensores, era permitido socos, rasteiras ou outros golpes, o que resultava por vezes na morte dos jogadores.

Entre os Maias e os Astecas havia uma mistura de futebol com basquete, onde a bola chegava a pesar até três quilos. É no início do século XX que ele surge na Inglaterra entre os grupos aristocráticos. É lá que ocorre sua organização, onde o futebol passará a possuir características que o assemelham ao praticado na atualidade. Naquela época, os ingleses disputavam o rugby, um esporte parecido com o futebol, mas em alguns lugares era permitido o uso das mãos para manusear a bola.

Como alguns jogadores eram contrários a isso, os membros acabaram se dividindo em dois grupos. Assim, em 1863 surge o Association Football, primeira associação inglesa de futebol. Organização composta pelos jogadores que não aceitavam o uso das mãos durante as partidas. Após se reunirem, estes organizaram o esporte, dando-lhe novas características:

Na reunião foram discutidas as regras que seriam impostas àquele jogo, mas só foram aprovadas em 08 de dezembro daquele ano. As regras eram em número de 13 e como principal modificação, ocorreu a separação das regras do rugby. Os jogadores de futebol já não poderiam mais conduzir a bola com as mãos. A criação das regras se impunha, para tornar o esporte menos violento, evitando o corpo a corpo, comum antes da edição das regras. Era a regra número 10 que proibia o contato com o adversário. (MOURA, 1997, p.6).

Foi a partir deste momento que novas regras foram sendo instituídas no esporte, de modo que sua realização se desse da mesma forma entre os praticantes. Houve a limitação no número de jogadores que compunham as equipes. Delimitou-se o tamanho do campo e o tempo de jogo e criaram regras para definir o que era ou não permitido em campo.

Em 1871 surgiu o papel do goleiro, único a poder usar as mãos durante as partidas. Em 1872 surgiu o árbitro, responsável por discernir o descumprimento das normas durante as partidas. Em 1875 o jogo passou a durar 90 minutos. Em 1891 surge o pênalti. E em 1907 a

regra do impedimento. Com o passar do tempo o futebol começou se popularizar entre a classe operária, enquanto o rugby se destacava entre os grupos aristocráticos.⁴

Na atualidade a Federação Internacional de Futebol - FIFA⁵ costuma testar algumas alterações antes da International Board (International Football Association Board - IFAB) aprová-las e averiguar até que ponto poderá ter um efeito positivo na modalidade.

É o nosso dever pensar em mudanças que tornem o futebol mais atrativo, sem alterar a sua essência. Não são medidas para aplicar amanhã ou em cinco anos. É algo mais a longo prazo. Não se trata de uma revolução, mas de uma evolução. [...] (Gijs de Jong, secretário-geral da KNVB, em entrevista concedida ao blog da Renata Ruel, em 10 de março de 2020).

2.2 A chegada do futebol ao Brasil

Para Magalhães (2010, p.13-18) o futebol chegou ao Brasil através de Charles Miller, aristocrata filho de inglês com uma brasileira. Após retornar da Inglaterra em 1894, Miller trouxe consigo duas bolas e um manual de instruções com as regras do jogo. Inicialmente o esporte era tido como um evento pertencente à alta sociedade, somente a classe elitista de nosso país podia praticar. A população operária exercia apenas o papel de torcedores. Eram levados pelos donos das fábricas para vibrarem pela vitória das diferentes companhias as quais representavam.

Embora existam confirmações de jogo de futebol antes de 1894 no Brasil, os historiadores confirmam 1894 como sendo o marco da introdução desse esporte no país. Os historiadores aceitam a data, pois foi nesse ano que Charles Miller retornou da Inglaterra trazendo duas bolas de couro e uniformes completos de futebol. Foi ele mesmo quem organizou os primeiros jogos em São Paulo. (MOURA, [s./d.] p.7).

Quando o futebol chegou em solo brasileiro, nosso país vivenciava um contexto denominado de “Belle Époque”, momento de uma verdadeira idolatria aos símbolos e aos costumes europeus. Esse fator foi decisivo para sua aceitação no Brasil. Devido a isso, os termos ingleses utilizados para se referir a essa modalidade esportiva permaneceram preservados por um longo período. Escanteio continuou sendo chamado de corner, zagueiro de beck e o futebol de “foot-ball”.

⁴ Disponível em: <jornalheiros.blogspot.com/2012/08/a-evolucao-das-regras-do-futebol.html>. Acesso em 23/09/2021.

⁵ Disponível em: <https://www.fifa.com>. Acesso em 24/09/2021.

A primeira partida realizada no país ocorreu na cidade de São Paulo no dia 14 de abril de 1895. Entre as equipes participantes estavam a Companhia de Gás e o São Paulo Railway, da qual o “pai do futebol”, como é conhecido Charles Miller, fazia parte. O segundo time acaba vencendo o jogo por 4 a 2.

Foi a partir dos anos 1880, que o esporte rapidamente começou a ser praticado em todo o país, sendo inclusive ensinado nas escolas jesuíticas onde estudavam grupos elitistas do Estado de São Paulo. Estudantes e professores costumavam jogar. Foi a partir deste contato, que mesmo após estarem formados, os alunos procuravam uma forma de continuarem jogando.

Na década de 1920 o futebol começou a se popularizar. Aos poucos foi adquirindo um caráter de profissionalização, surgindo times compostos por operários, os quais eram formados pelos próprios donos das fábricas que viam nesses grupos uma forma de representar suas empresas ao divulgarem produtos. Com isso, os jogadores passaram a ser estimulados por meio da oferta de certas vantagens. Aquele que se destacasse mais, que tivesse um bom empenho fazendo o time vencer, ganharia como recompensa a ocupação de cargos mais leves dentro das fábricas, para citar um exemplo.

No entanto essa popularização começou a inquietar as elites brasileiras, pois o futebol era para ser algo divertido e não um emprego. Com isso, esses grupos abandonam os gramados e passam a exercer somente papéis de administradores dos times. Característica ainda presente nos dias de hoje.

Com essa transformação, as mulheres da elite também abandonaram as arquibancadas, espaço que passou a ser ocupado pela figura feminina pobre e periférica. Aos poucos elas também começaram a deixar as arquibancadas para adentrar os campos. Porém, diferente da figura masculina, entre o público feminino o futebol no país teve início entre as camadas desfavorecidas. Essa é uma diferença a ser considerada, visto que pode ser indicador da desvalorização do futebol feminino no país.

Outro responsável por introduzir o futebol em nosso país foi Oscar Cox, que conhecera o esporte durante um período de estudos no Collège de La Ville, na cidade de Lausanne, Suíça. Após retornar ao Brasil, em 1897, trouxe consigo para o Rio de Janeiro esta novidade. Entre os cariocas, o esporte causava estranheza, pois ao contrário de outras modalidades esportivas comumente praticadas no estado, como remo e turf, não existia um vencedor entre aqueles que o praticavam.

O primeiro jogo disputado no Rio ocorreu no dia 22 de setembro de 1901 entre alguns jovens contra os sócios do Rio Cricket Club. Diante da repercussão, o jornal Correio da Manhã noticiou esta novidade, porém, não escondendo a frustração de a partida ter finalizado em empate. Diante disso uma nova disputa seria realizada, mas novamente resultando na indecisão.

O jogo de desempate, realizado no domingo seguinte, só pioraria a situação; novamente, ele ficaria “indeciso, como na primeira vez”, tendo cada time marcado dois gols. É acertado por isso outro jogo para o domingo seguinte, às quatro e meia da tarde. A partida também terminaria empatada, sendo anunciado outro desempate para o domingo seguinte. Se esse novo encontro realmente existiu, não se sabe; o cronista parecia, porém, ter desanimado diante de tanta “indecisão” e passa a não dar mais notícias a respeito. (PEREIRA *apud* FRANZINI, p. 115, *apud* Telles, 2017, p.8).

Embora o esporte tenha começado a ganhar espaço no país no final do século XIX e início do XX, o futebol despertava desconfiança nos brasileiros que não acreditavam que ele faria sucesso em nossa nação. Porém, a partir de 1895 ele começou a despontar, surgindo em São Paulo vários clubes, como o São Paulo Athletic, Associação Athletica Mackenzie College, Sport Club Germania, Sport Clube Internacional e Club Athletic Paulistano. Já no Rio de Janeiro, em 21 de julho de 1902, surge o Fluminense Football Club, o primeiro clube futebolístico carioca.

É a partir deste momento que o futebol deixa de ser praticado exclusivamente pela elite carioca, pois sua popularização começava a atrair cada vez mais o interesse do resto da população, provocando com isso a fundação de mais de trinta clubes. Em seus primeiros momentos, ser jogador representava ter status de elegância. Por isso, em alguns lugares do país os clubes de futebol excluía a participação de qualquer pessoa que não se encaixasse dentro dos padrões de classe dominante, fosse jogador ou torcedor.

É muito melhor e mais bonito apresentar-se em campo um *team* de rapazes decentes que, embora não saibam jogar, porém que têm educação esportiva e representação no meio social, aos que têm apresentado mal educados e estúpidos no modo de jogar, sem exceção de dois ou três elementos em cada *team*. Para as nossas torcedoras de certo vai ser motivo de muita satisfação. E que a coisa vai mudar de figura. E que agora elas irão torcer e aplaudir amável por *teams* compostos de elementos novos e conhecidos que saberão agradecer e retribuir as palmas que elas lhe batem (SANTOS, 2009, p.189 *apud* Telles, 2017, p.10).

Diante da análise deste trecho, percebe-se que o que de fato importava para as elites não era o talento ou habilidade do jogador. A importância atribuída ao futebol estava em seu

caráter de status social. Sendo por isso praticado exclusivamente por grupos aristocráticos, não importando se soubessem jogar, desde que houvesse a garantia da representação da elite.

Como podemos imaginar, as mulheres também estiveram presentes no futebol, porém, sendo permitida sua presença apenas nas arquibancadas. Por ser um evento de alta grandiosidade, elas se adornavam para poder assistir às partidas. Em momentos de euforia usavam pedaços de pano os quais torciam para acalmar os nervos. Diante disto, o cronista Coelho Netto⁶, se referindo a elas, escreveu uma crônica onde as denominavam de “torcedoras”. Dalí em diante o termo se popularizou, derivando a palavra “torcedor”. (TELLES, 2017, p.11).

Além das mulheres, os negros também estavam excluídos da prática do futebol. Apesar da abolição da escravidão, a exclusão social a qual estavam submetidos não desapareceu. Essa exclusão era o reflexo de um racismo que insistia em permanecer. Porém, isso não foi capaz de frear a participação cada vez maior das camadas desfavorecidas no esporte. Diante de tal ameaça, tentando conter esse avanço, as elites, por meio de estatutos que excluía sua prática entre as pessoas “de cor”, promoveram o policiamento da população.

O estatuto da Associação Metropolitana de Esportes Atléticos (AMEA) de 1924, responsável por reger os clubes da cidade do Rio, em seu capítulo 9, no artigo 65, abordava os regimentos para participação dos jogadores nos clubes. Embora não citassem diretamente os negros, eles estavam incluídos nessa restrição:

- Item 1- os que a troco de dinheiro tenham tomado parte em festas, partidas, campeonatos, ou concursos esportivos de qualquer natureza;
- Item 2- os que tirem os seus meios de subsistência de qualquer profissão braçal, considerando-se como tal em que predomine o esforço físico;
- Item 4- os que se entregarem à exploração de jogos de azar, ou viverem de sua prática;
- Item 7- os que não saibam ler ou escrever corretamente;
- Item 9- os que habitualmente não tenham profissão ou emprego certo;
- Item 10- os que exerçam profissão ou emprego subalterno, tais como contínuo, servente, engraxate e motorista (SANTOS, 2009, p.204 *apud* Telles, 2017, p.12).

Embora o estatuto não explicitasse a marcação da cor negra, a exclusão das camadas subalternas, deixava implícito e explícito que os negros eram os principais afetados por essas restrições. Porém, mediante tal contexto, ainda no Rio de Janeiro, o Clube de Regatas do Vasco da Gama teve papel preponderante para a inserção destes no esporte. Em 1924 o clube

⁶ Ano de publicação indisponível.

se desfilia da AMEA, isso porque entre seus atletas, 12 deles não se encaixavam nos padrões exigidos para ser um jogador de futebol, pela cor de sua pele negra.

Mediante o ocorrido, começam a espalhar pelo país debates em prol da participação dos negros no esporte. Entre os estatutos e as matérias jornalísticas, as camadas populares começou a ganhar apoio de diversos setores da sociedade. Embora os meios midiáticos tenham tido papel importante nesse processo, de forma velada, o racismo ainda era presente em algumas matérias⁷, onde tentavam censurar o assunto. Porém, isso não impediu que cada vez mais eles estivessem com mais força adentrando os gramados.

Apesar dessa inserção, eles ainda tinham outros dilemas. Conforme ressalta Murad (1994, p.188), quando os negros começaram a jogar, eles não podiam derrubar, empurrar ou esbarrar nos adversários brancos, caso contrário, poderiam apanhar dos policiais e dos demais jogadores. Caso a situação fosse inversa, no máximo os brancos eram expulsos do campo.

2.3 A chegada do futebol ao Maranhão

Segundo Vaz (2008), para o Maranhão o futebol foi trazido por Joaquim Moreira dos Santos, popularmente conhecido como Nhozinho Santos, brasileiro, filho de ingleses, se dedicava regularmente ao esporte na cidade de Liverpool, Inglaterra, país onde estudava para técnico em indústria têxtil. Em 1905, após o falecimento de seu pai, retorna a São Luís, trazendo consigo bolas, apitos, chuteiras, meias e regras de um jogo até então desconhecido em terras maranhenses.

Almejando criar um time de futebol, Nhozinho Santos se reúne com seus irmãos Maneco e Totó, com seus amigos ingleses Ernest Dobler, John Moon e John Shipton, e com os maranhenses Afonso Gandra, Antero Novaes, Antero Serejo, Carlos Neves, Edmundo Fernandes, Izidoro Aguiar, José Ramos Bastos, entre outros, para decidir sobre a implantação do futebol no Maranhão. Dessa reunião surgiu o primeiro clube de futebol maranhense, o Fabril Athletic Club (FAC). (MARTINS, 1989:284 *apud* Vaz, 2018).

O primeiro campo de futebol seria os fundos da Companhia Fabril Maranhense, atual Fábrica de Tecidos Santa Isabel, da qual Nhozinho Santos era proprietário. Para a criação dos

⁷ Acervo Museu do Futebol. Disponível através de imagens acessadas no link: <https://interativos.globoesporte.globo.com/futebol/selecao-brasileira/especial/historia-do-futebol-feminino>, acessado em: 12/04/2020.

times, os sócios da FAC se dividiram em dois grupos internos, os Black and White e os Red and White. No dia 12 de abril de 1907, os times disputaram a primeira partida de futebol, vence o time Black por 1x0. O primeiro torneio oficial ocorreu em 28 de maio do mesmo ano.

Ainda de acordo com um anúncio no jornal “O Maranhão” de 1908, encontramos relatos de que o futebol já era praticado nas escolas:

Aprendizes Marinheiros: "Hontem, às 4 horas da tarde, os aprendizes marinheiros, fizeram exercícios de 'foot-ball' na arena do Fabril Athletic Club e um assalto simulado de florete, sob a direção do respectivo instructor da Escola. "Os alunos revelaram-se disciplinados e agiram com muito garbo e desembaraço. "Domingo próximo, às 5 horas da manhã, haverá novo exercício no mesmo local. (O MARANHÃO, 26/12/1907 *apud* VAZ, 2003, p.3).

Por meio do registro chega-se ao entendimento de que o futebol passou a ser comumente praticado entre os alunos da Escola de Aprendizes Marinheiros e outras instituições estudantis no ano de 1907, constituído como parte integrante das atividades físicas escolares.

Quando chegou em São Luís, o futebol era um esporte elitista, somente os sócios do grupo podiam participar do jogo. Por meio das aberturas que haviam nos cercados da fábrica, a população assistia homens correndo atrás da bola. Ficavam curiosos com o barulho dos jogadores e com a correria que se travava. Ninguém entendia o que de fato estava acontecendo.

Em 1908 já existia um time formado por empregados no comércio, o Maranhense Foot-Ball Club, o qual havia disputado um torneio maranhense contra a FAC:

Embora MARTINS (1989) registre o primeiro jogo entre duas agremiações distintas como ocorrida em janeiro de 1908, entre o FAC - o grêmio fabrilense fora formada com o recrutamento dos melhores atletas que militavam nos quadros internos do 'Black and White' e do "Red and White" - e o MARANHENSE FOOT-BALL CLUB - formado por rapazes empregados no comércio - encontrou-se que a inauguração dessa agremiação ocorreu apenas em 07 de fevereiro de 1909, conforme registrado em O MARANHÃO. (VAZ, 2003, p. 4).

O Maranhense Foot-Ball Club, formado por trabalhadores de estabelecimentos comerciais, igualmente ao FAC, também continham dois grupos internos, o Blue and White e o Green and White. Como apontado na citação acima, foi inaugurado apenas em 07 de fevereiro de 1909.

Em 1915, após uma crise que atingiu o FAC, os times foram se desfazendo, o que dificultou a popularização do esporte no Maranhão. Um grupo de estudantes, pretendendo levantar novamente o futebol no Estado, organizaram uma partida solidária ao unirem-se à

maçonaria com intuito de ajudar os flagelados da seca de 1914, pois as lojas maçônicas haviam planejado comissões para arrecadar fundos em prol dos flagelados, oferecendo como atrativos, cinema, passeios marítimos e futebol. (VAZ, 2003, p.8).

Posteriormente, o clube voltaria a funcionar, desta vez, recebendo outro nome, Football Athletic Club e trazendo outra novidade, os jogos passariam a ser abertos ao público, sendo Gentil Silva, apontado como o responsável pela popularização do futebol no Maranhão ao permitir a prática do esporte diante da população e não mais em terrenos cercados.

Atualmente a Federação Maranhense de Futebol é a responsável pelo controle do futebol em nosso Estado. Dentre os maiores clubes do Maranhão e que contam com renomado reconhecimento internacional, estão o Sampaio Corrêa, o Moto Club, o Maranhão AC e o Imperatriz. As principais competições do Campeonato Maranhense ocorrem no Estádio Governador João Castelo, mais conhecido como Castelão, maior estádio do Maranhão.

3. DESAFIANDO REGRAS: ENTRE A FEMINILIDADE E A ILEGALIDADE

Neste capítulo será abordado o início do futebol feminino no país. Apesar de não haver um consenso sobre seu surgimento, veremos que os primeiros registros sobre essa prática apontam para o século XX. Faremos também uma breve descrição da história da jogadora Marta, por ser a jogadora de futebol feminino de maior visibilidade no país e no mundo. Também apresentamos os decretos de 1941 e o de 1965, ambos criados com o intuito de regulamentar a participação feminina em determinados esportes, destacando como o catolicismo participou na legitimação de tais regulamentações.

Apesar da revogação da lei em 1979, veremos que esse quadro de exclusão pouco se alteraria, pois o futebol feminino só iria ser regulamentado no país em 1983. Com a criação dos primeiros times profissionais de futebol feminino, Radar do Rio de Janeiro e Saad de São Paulo, as atletas passaram a ter maior visibilidade, porém, com essa visibilidade vieram as estigmatizações de que toda mulher que jogava futebol era lésbica. Finalizo relatando sobre uma nova luta que se apresenta ao público feminino, a de ocuparem postos de comando dentro do esporte.

3.1 Início do futebol feminino no Brasil e seus impasses

As limitações impostas à mulher no mundo esportivo são resultado de um longo processo histórico que desde sempre limitou e ocultou a participação da mulher nos espaços públicos da sociedade. Assim, compreendemos o porquê de a presença feminina no esporte ainda ser tão pequena se comparada à masculina. São eles que predominam nestes espaços.

Embora na atualidade as esportistas tenham adquirido maior visibilidade, percebe-se que quando se aposentam das quadras e dos gramados elas voltam ao anonimato. São lembradas enquanto ainda estão em campo, diferente da figura masculina. Pelé, Ayrton Senna, Giba, Kaká, Guga, entre tantos outros, são exemplos de atletas que ainda são recordados por suas conquistas no esporte brasileiro. Mesmo com as contribuições das atletas femininas para o país, suas histórias foram apagadas e tratadas como se nunca tivessem existido.

E aqui quero chamar a atenção para a seguinte afirmação: silêncio não significa ausência! Ou seja, o fato de não serem nomeadas, evidenciadas, mostradas e narradas não significa, em absoluto, que as mulheres não estivessem, há muito tempo, nas quadras, arenas, campos, parques, ginásios e ruas. Simplesmente não se

conferiu a elas luz nem voz. Foram lançadas nas zonas de sombras e de esquecimento por razões políticas, éticas, ideológicas, religiosas, culturais, entre outras. (MORAES, 2012, p. 34).

De acordo com os autores Reis e Arruda (2011, p.1) ainda existem controvérsias com relação ao início do futebol feminino no país. Nos anos 1913, acreditava-se ter sido realizado o primeiro jogo feminino no Brasil, porém, épocas depois, descobriu-se que este “time feminino”, na verdade era formado por jogadores do Sport Club, que travestidos de mulheres se organizaram em prol de uma partida beneficente.

Outras informações apontam que a primeira partida disputada por mulheres ocorreu em 1921 na Zona Norte de São Paulo. Segundo o Jornal Gazeta tratava-se de senhoritas dos bairros Tremembé e Cantareira. Este espetáculo foi anunciado como um fato curioso e cômico.

Já de acordo com o Jornal Brasil de 1976, as primeiras partidas foram realizadas no Leblon no ano de 1975, e sempre ocorriam tarde da noite pelo fato das jogadoras serem empregadas domésticas. Já com base na Revista Veja de 1996, sugere-se que seu início se deu nos anos 1970, sendo eventos organizados por boates gays.

Ao contrário do que se possa imaginar, esses poucos registros não empregavam o termo “futebol feminino” para se referir aos jogos. As primeiras fontes que de fato usaram essa expressão eram provenientes de anúncios de espetáculos circenses, onde ocorriam encenações de mulheres e homens travestidos de mulheres jogando bola, o que demonstra o caráter excêntrico desta prática na época.

Embora os primeiros registros sobre mulheres jogando bola remontem apenas ao século XX, isso não excluiu a possibilidade de que elas, desde épocas anteriores, estivessem disputando partidas nas ruas, ou até mesmo em lugares escondidos. O que acontece é que a sociedade desde sempre procurou ocultar os feitos femininos, principalmente quando estes eram realizados fora do ambiente doméstico, sendo caracterizados como imoralidade devendo ser impedida e apagada.

Sabemos que as mulheres durante vários anos foram preteridas da historiografia oficial e que esta constatação foi um reflexo de uma História contada nos moldes do androcêntrismo, a História sempre foi feita por homens e para homens, nesse contexto a mulher foi representada como sujeito histórico marginal ou estereotipado, esse discurso ao longo do tempo deu base para se enraizar na nossa sociedade a diferença entre os sexos, e conseqüentemente a dominação e a supremacia masculina, que contribuiu para uma visão da figura feminina submissa impedindo de ter acesso social e político. (PEREIRA, CARMO, 2015, p.1).

O futebol era considerado um esporte violento e que masculinizava a figura feminina, algo inaceitável ao conservadorismo que sempre representou a mulher como um ser frágil e delicado. Por isso, durante várias décadas elas foram proibidas de jogar, podiam apenas assistir às partidas nas arquibancadas.

Várias teorias científicas foram criadas com intuito de reforçar estes estereótipos. A ciência dizia que mulheres tinham ossos frágeis, menos massa muscular, coração menor, respiração pouco apropriada para realização de exercícios pesados, menos resistência e adaptação orgânica.

O futebol era tido como atividade exclusivamente masculina e cientificamente imprópria ao público feminino, diante disto, famílias proibiam as meninas de brincar com bola. As que não se privaram de seus sonhos tiveram como alternativa sair escondidas de suas casas para disputarem pequenas partidas nas ruas com os meninos, quando estes permitiam.

Os motivos das meninas recorrerem sempre aos meninos para brincar de bola, se explicam por vários motivos, entre eles podemos destacar a dificuldade de encontrarem outras garotas que também tivessem o mesmo interesse, permissão ou tempo para jogar. Diante disto, a única solução que restava era a de disputar as partidas com os garotos.

É possível imaginar que essa relação em campo com os rapazes resultou muitas vezes em violência, afinal, era inadmissível e vergonhoso perder para uma mulher. A atitude machista que sempre definiu a figura masculina como os detentora do poder não admitia ser derrotado neste espaço tão viril, que era o futebol.

Podemos compreender que começava a surgir um forte movimento que se opunha ao futebol das mulheres impulsionado pela compreensão de que esse esporte não deveria ser um espaço para a mulher. Como afirma a citação acima, o espaço público era um espaço com limites para elas, no qual o universo dos esportes se configurava como um ambiente que deveria servir para a exaltação da virilidade e masculinidade. A mulher nessa reserva masculina deveria, no máximo, ocupar o lugar de expectadora, como também na esfera política, naturalmente ocupada por homens. (MORAES, 2012, p.5).

Na contramão das regras e dos padrões estabelecidos para as mulheres, Marta Vieira da Silva, nascida em Dois Riachos, Alagoas, considerada por seis vezes a melhor jogadora do mundo, também foi uma dentre tantas outras garotas que tiveram que lidar com a violência em campo. Ainda criança, a jogadora foi proibida pela mãe e pelo irmão de brincar com bola, o que a fazia sair escondida de casa para poder participar dos jogos com os garotos.

Chamada de “macho-feme”, termo pejorativo para se referir à mulheres com comportamentos tidos como masculino, Marta se destacava dos demais garotos no talento e

na habilidade com a bola, o que a fez sofrer intimidação de alguns jogadores que lhe ameaçavam quebrar a perna. Somando-se a essa situação, posteriormente a jogadora ainda seria proibida de jogar na Associação Atlética Banco do Brasil, quando a instituição teve o nome alterado para A-ABB de Futsal Masculino, excluindo não só ela, mas toda a população feminina.

Diante da exclusão, o Sr. Euclides, representante da A-ABB, conseguiu arranjar dois testes para Marta que aconteceriam no Rio de Janeiro. Uma oportunidade para ela voltar a jogar. Com muito esforço e com ajuda de algumas pessoas, Marta se deslocou até o Rio de Janeiro onde conseguiu ser aprovada logo no primeiro teste. Era o início de uma nova fase em sua vida.⁸

A história contada de Marta nos serve de parâmetro para refletir sobre as histórias não contadas de meninas, especialmente as negras e empobrecidas, que vítimas do sistema patriarcal, que reproduz práticas machistas de exclusão da mulher, nunca tiveram a oportunidade de jogar futebol profissionalmente.

Além da violência sofrida, motivo que resultou na exclusão da maioria da população feminina de brincadeiras de futebol temos que destacar outro grande empecilho que também dificultou a participação destas, a dupla jornada feminina, visto que além do trabalho formal elas eram as responsáveis pelos cuidados com a casa, o que limitava seu pouco tempo disponível para práticas de lazer. Além disso, também podemos destacar a escassez de projetos sociais destinados a incentivar e apoiar a inserção feminina no esporte, em especial o futebol.

Em relação ao esporte como uma vivência de lazer, também há muito a ser conquistado em termos de tempo e disponibilidade, colaborando para essa situação aspectos como a responsabilização das mulheres e suas filhas pelo trabalho doméstico e a consequente restrição para o tempo de lazer, além da naturalização de que a apropriação dos espaços e equipamentos públicos é privilégio dos homens. (GOELLNER, 2012, p.3).

Ao longo da história, com as transformações que se deram na área social, econômica, política e cultural, somados às lutas e conquistas dos movimentos feministas, elas começaram a entrar no mercado de trabalho, mas para que isso ocorresse precisavam da permissão do esposo, visto que elas eram consideradas sua propriedade.

Em 1988, a Constituição Federal Brasileira, em seu artigo 226, contempla os direitos de igualdade entre homens e mulheres, estabelecendo que “os direitos e deveres referentes à

⁸ Informações obtidas através de um documentário exibido pela Globo Repórter, exibida em 31/05/2019.

sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988). Porém, sabemos que de fato tais enunciados não se concretizam na realidade.

Essa maior responsabilização de cuidados com o lar atribuído as mulheres, as submetem muitas vezes a tripla jornada. Essa sobrecarga faz com que muitas delas acabem deixando a vida profissional e o lazer de lado, em prol da dedicação à casa, filhos e maridos. E como argumenta Villas Boas, Sales Oliveira e Las Heras (p. 115, 2014),

[...] as diferenças entre mulheres e homens na distribuição do trabalho doméstico, ditado por papéis de gênero, continuam a prevalecer e é uma das principais causas da dificuldade contemporânea em alcançar uma maior igualdade entre os sexos [...] A violência contra a mulher muitas vezes tem sido justificada por normas sociais que têm como base as relações de gênero, onde se reforça o papel tradicional do masculino e do feminino. (OLIVEIRA, 2005, p. 234 *apud* Silva, 2018, p.49).

Como apontado anteriormente, a violência e o preconceito, em suas diversas formas e expressões, são direcionados ao público feminino desde a infância e se perpetuam durante toda a sua existência, motivo que acaba naturalizando essas práticas junto as próprias meninas, fazendo com que muitas vezes elas não estejam cientes, não percebam ou não compreendam quando são vítimas destas ações.

Nos enfrentamentos a situações de violência a luta e organização das mulheres, conquistou desde de 2006 a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006), onde configura como violência psicológica contra a mulher qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento, ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir, ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

Assim considerando o que prescreve a lei, as meninas que se sentirem prejudicadas com relação às escolhas de suas práticas esportivas, podem solicitar na justiça reparação dos danos psicológicos sofridos pela escolha da prática do futebol.

3.2 A ditadura da beleza, a legislação e as pressões religiosas como impasses à prática legal do futebol feminino no Brasil

A ditadura da beleza também foi responsável por restringir a participação feminina no futebol. Por ser um esporte que demandava grandes esforços físicos, favorecia o desenvolvimento dos membros inferiores do corpo, provocando um distanciamento do padrão corporal considerado ideal da beleza feminina, a magreza. Isso possivelmente fez com que as escolhas femininas muitas vezes recaíssem sobre as atividades moderadas, para que assim preservassem suas características femininas e delicadas. (MORAES, 2012, p.72).

Além das imposições sociais e das limitações baseadas em teorias higienistas, essa restrição de acesso feminino a determinados esportes ainda encontraria outras barreiras, como a criação do Decreto - Lei N. 3.199 de 14 de abril de 1941, ou seja, se anteriormente o futebol era inadequado à população feminina porque era prejudicial à saúde, a partir dos anos 40 ela passaria a ter um caráter criminal.

Na década de 1940 ainda não havia indícios da formação de times femininos profissionais. O que existiam eram pequenos grupos isolados de garotas que começaram a manifestar interesse pelo futebol feminino e que poderiam se profissionalizar. Com isso, antes que fosse tarde o Conselho Nacional de Desportos (CND), órgão responsável por fiscalizar e incentivar a prática de desportos no país, não tardou em se apressar para impedir essa “afrenta”.

Então, em 14 de abril de 1941, por meio do Decreto-Lei 3.199, a CND, na época vinculada ao Ministério da Educação e da Saúde, no artigo 54 proíbe a população feminina da prática de desportos incompatíveis à sua natureza. Apesar de não citar propriamente o termo futebol, ele estava incluso nessa categoria.

Cabe destacar que o decreto só interditava os jogos femininos quando eles tomavam grandes proporções, não sendo aplicado a pequenas disputas realizadas nas ruas, o que provocou um desconhecimento por parte da população da existência desta lei, porém, isso não exclui a possibilidade de que as brincadeiras com bola sofressem repressões.

A partir do ano de 1965, época da ditadura militar, o decreto seria novamente publicado, desta vez, citando especificamente o termo futebol, uma vez que circulavam boatos de que mesmo a prática sendo crime, ainda havia mulheres jogando futebol clandestinamente. Devido à ilegalidade, não havia registros que comprovassem essas afirmações, porém, não é difícil imaginar que de fato elas continuavam se dedicando à bola.

Em jornais criminais da época constam inúmeros registros de mulheres que sofreram perseguições pela DOPS⁹, de jogos que foram interrompidos e sobre os tumultos e as repreensões que a igreja católica lançava sobre as que teimavam em praticar um “esporte masculino tão violento e imoral.”

Como mencionado acima, a Igreja Católica também foi uma instituição responsável por impedir as mulheres de jogarem. Os principais líderes religiosos sempre destinaram a elas o papel de passividade e de sujeição servil, vistos como aspectos “naturais” da feminilidade. Neste contexto, essas doutrinas religiosas acabaram por restringir a população feminina de participar desses “esportes imorais.”

A igreja ainda é formada por uma forte identidade patriarcal. Por trás dessa identidade patriarcal subjaz a crença na superioridade masculina, refletida não só na parcialidade intelectual, mas também no que podemos denominar de parcialidade ontológica. (BINGEMER, 2017, p.34).

Esta visão representou a figura feminina como um ser submisso que precisa ser domada pelo marido. Por ser considerada a responsável pela entrada do pecado e da morte no mundo, a enganadora culpada por Adão ter comido do fruto proibido. Ideias que estigmatizaram a mulher como carregada de impureza, sedução, engano e pecado.

Apenas em 1979 o decreto-lei 3.199 de 1965 seria revogado. Porém, mesmo com a liberação do futebol para a população feminina, a mídia brasileira pareceu não se importar com esse fato, retardando a divulgação da notícia, fator também responsável pelo atraso no desenvolvimento do esporte no país. É preciso destacar também que a revogação do decreto não garantiu de imediato à inserção das mulheres nos campos.

Com a revogação do decreto-lei, a situação da população feminina pouco se alteraria. As mulheres continuaram sendo proibidas de entrar nos gramados e o próprio futebol feminino ainda não havia sido regulamentado, situação que iria se alterar apenas em 1983. Somente após a regulamentação do esporte é que elas conseguiram jogar, além de passar a ser permitido seu ensino nas escolas.

⁹ Departamento de Ordem Política e Social, órgão brasileiro criado em 30 de dezembro de 1924, utilizado principalmente durante o Estado Novo e mais tarde na Ditadura Militar, que tinha a função de assegurar e disciplinar a ordem militar no país. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao33/materia04/texto04.pdf>>

3.3 Futebol feminino e identidade do gênero, a apropriação dos corpos femininos pela igreja e pela mídia

Com a conquista de poder praticar o esporte, aos poucos, foram começando a surgir os primeiros times profissionais femininos, como o Radar do Rio de Janeiro e o Saad. Porém, adentrar os campos não significou necessariamente o fim dos conflitos, pelo contrário, elas ainda teriam que lidar com novos desafios, como o preconceito quanto à orientação sexual das jogadoras. Com a formação dos times profissionais as jogadoras começaram a ganhar visibilidade, porém, essa visibilidade veio acompanhada pela vigilância de seus corpos e de sua sexualidade.

Como o futebol era visto como um esporte violento que masculiniza a mulher, isso gerava uma estranheza com relação aos corpos das jogadoras, pois este contrastavam as características femininas padronizadas pela sociedade machista e patriarcal, qual seja a delicadeza e a sensualidade, fator que legitimou a máxima de que toda atleta do futebol era lésbica.

Agrega-se, portanto, ao discurso da masculinização da mulher a associação entre a aparência corporal e a identidade sexual, ou melhor, a suspeição de que a mulher que habita esse corpo “viril” vivencia seus desejos, seus amores e seus prazeres a partir de um referente que não aquele considerado como “normal”, qual seja o da heterossexualidade. Essa associação toma como sinônimo as identidades de gênero e as identidades sexuais e opera no sentido de fixar essas identidades a partir de uma representação linear entre sexo-gênero e sexualidade. (GOELLNER, 2012, p.4).

Procurando ocultar da sociedade essa possível lesbiandade das jogadoras, as atletas eram apresentadas como mulheres femininas, sensuais e heterossexuais. Nesse contexto, algumas delas precisaram negar a própria sexualidade, condição que não recaia somente sobre a população feminina, mas também sobre a masculina.

Em 2008, por exemplo, Manuel Maximiano Junqueira Filho, na época, juiz da 9ª Vara Criminal de São Paulo, fazendo referência a um jogador do São Paulo, afirmou que futebol era um esporte viril, portanto, não sendo lugar de homossexual. Para ele, não existia no país, ídolos futebolistas com essa condição. Alegou ainda que se um homossexual quisesse permanecer em campo ele teria que criar o próprio time, ou então, que se criassem cotas para inseri-los no esporte, caso contrário, deveriam esconder a própria sexualidade. Porém, a alternativa mais eficaz seria a de abandonar os gramados.

Essa imposição de ocultar a orientação sexual das atletas foi o motivo encontrado tanto para justificar a invisibilidade das jogadoras na mídia como, também, para decidir quem permaneceria ou não nos times. De acordo com Solange¹⁰, uma das primeiras integrantes da Seleção Brasileira de Futebol, as relações, no campo da intimidade, que ocorriam entre algumas jogadoras foram motivo para cortarem muitas garotas dos grupos esportivos.

João Varella, técnico da Seleção Feminina na época, quando questionado sobre a orientação sexual das atletas confirmou a existência de lésbicas no time, porém, alegou que elas não estavam presentes apenas no futebol, mas também em outras modalidades esportivas. Afirmou ainda que o verdadeiro fator que caracterizou todas as jogadoras de futebol como homossexuais estava atrelado ao preconceito socioeconômico, situação que abordaremos posteriormente.

Além desses questionamentos, outro desafio se apresentava ao futebol feminino, o da erotização de seus corpos. Se anteriormente essa preocupação com a estética feminina estava atrelada à saúde e à preservação dos órgãos reprodutivos, a partir deste momento ela estará voltada para interesses econômicos.

As primeiras matérias, mais do que mostrar o talento das jogadoras, se ocupavam com os atributos físicos. A preocupação com a beleza agora tinha por intuito o de atrair público para os jogos. De acordo com a revista *Veja* de 1996, o SAAD, procurando atrair a população para os jogos, estipulou que as atletas só poderiam participar dos times se fossem atraentes.

Em 2001, a Federação Paulista de Futebol, organizando um campeonato paulista de futebol feminino exigiu como requisito que as atletas atendessem a determinadas características físicas, dentre elas, a de terem cabelos compridos, tudo para despertar o interesse da população masculina e dos patrocinadores.

Até hoje essa comercialização do corpo feminino se faz presente. Seja para promover o consumo de bebidas, para o incentivo do turismo, ou ainda, o de atrair público para as festas e eventos, dentre outras questões. O corpo feminino sempre foi banalizado, visto como objeto de consumo que atrai o interesse dos homens. Enquanto as mulheres são apenas “iscas” para atraí-los.

Além desses dois novos conflitos apresentados, cabe destacar um terceiro, as disparidades nas transmissões midiáticas dos jogos femininos. Antes da criação da Seleção

¹⁰ Ex-zagueira da Seleção Brasileira de Futebol Feminino da Copa de 91 e 95.

Feminina, as únicas referências que as meninas tinham do futebol, eram os atletas masculinos. Não se falava em referências femininas, não porque elas não existissem, mas porque não tinham o reconhecimento da mídia brasileira. E mesmo que na atualidade tenhamos a jogadora Marta, ela ainda é associada à figura masculina, sendo considerada a Pelé de saias. (MORAES, 2012, p. 68).

Frente a este contexto surgiram iniciativas para enfrentar a invisibilidade dos jogos femininos. Em 2019, por exemplo, no Estado do Maranhão, o Poder Judiciário, visando incentivar a igualdade de gênero no esporte, determinou que não iria funcionar durante a transmissão dos jogos da Seleção Feminina, com exceção do plantão judiciário de 1º e 2º grau que permaneceriam em seu horário normal.

A resolução estabeleceu que o horário de funcionamento não deveria ocorrer durante a transmissão dos jogos da Seleção Feminina de Futebol e os processos que vencessem no dia da suspensão das atividades seriam prorrogados para o primeiro dia útil. Essa medida incentivada pelo presidente do Tribunal de Justiça, Joaquim Figueiredo, justificou-se pela promoção da igualdade de gênero, visto que em 2018 essa mesma decisão havia sido aplicada para com os jogos da Seleção Masculina.

Outra grande conquista que se deu no Maranhão foi que o Governo havia disponibilizado um telão no qual fora transmitido no Centro Histórico de São Luís os jogos da Seleção Brasileira Feminina de Futebol. De acordo com Rogério Cafeteira, secretário da Sedel, Secretaria de Estado do Desporto e Lazer, o intuito desta iniciativa era o de apoiar o protagonismo das mulheres no esporte, além de atrair a população para os espaços públicos e oferecer lazer, garantindo maior interação entre os maranhenses.

Destaque-se que em relação ao financiamento (patrocínio) dos esportes praticados majoritariamente por mulheres Moraes (2012) ressalta que,

A falta de financiamento comprometeu carreiras nos esportes no país e ainda é um obstáculo em várias modalidades esportivas. Mas é inegável que em alguns casos de esportes realizados por mulheres no país a visibilidade sempre foi garantida. Já no futebol, pouco foram transmitidas as competições, inclusive as internacionais, até o fim do século passado. Sem visibilidade não há patrocínio, o que não gera lucro. Argumento suficiente para justificar a ausência de apoio ao futebol feminino. (MORAES, 2012, p.65).

Embora a mídia tenha tido papel preponderante na divulgação do futebol feminino, mesmo que de forma preconceituosa e discriminatória, não devemos esquecer que esse fator não estava atrelado à promoção de igualdade ou por um mero reconhecimento do potencial

das mulheres, pelo contrário, essa motivação era proveniente, em muitas situações, de interesses econômicos.

3.4 A criação da Seleção Brasileira de Futebol Feminino e seus dilemas

No final dos anos 1980 e início dos 1990 ocorreu a criação da primeira Seleção Brasileira Feminina de Futebol. Apesar desse grande avanço, as atletas ainda tinham que continuar lidando com velhos e novos desafios, como a diferença salarial. Pois, quando recebiam salários, estes eram valores extremamente baixos, justificados pela ausência de patrocínios e contratos para o time, consequência da invisibilidade que tinham na mídia brasileira. Como resultado, era marcante o abandono da seleção por parte das jogadoras.

Desse modo, criou-se um círculo vicioso no qual a pouca divulgação do futebol feminino não despertava o interesse dos patrocinadores em investir nos times, por conta do pouco retorno que haveria em relação ao investimento feito. Portanto, se a imprensa acreditava que não haveria público para assistir aos jogos, também não haveria interesse em investir em algo que não tem público e não gera renda? E, assim, vive o futebol feminino no Brasil: na invisibilidade que o caracteriza. (MORAES, 2012, p.161).

A desistência das jogadoras de participar da Seleção Brasileira se devia ao fato das atletas terem que se dedicar a outras profissões, para que assim conseguissem complementar a renda insuficiente que recebiam jogando futebol. Como naquela época futebol era um dos únicos esportes gratuitos no país, as primeiras jogadoras da Seleção eram provenientes de classes sociais empobrecidas. Neste contexto, conclui-se que a inserção das mulheres nesta modalidade esportiva também estava atrelada à sua gratuidade.

Com base nos argumentos apresentados, compreende-se que o preconceito para com o futebol feminino advinha de vários fatores, anteriormente citados, aos quais se somavam a classe social à qual pertenciam. Eram em sua maioria atletas pobres e de periferia.

Na atualidade as jogadoras ainda precisam lidar com essas diferenças salariais. Mesmo desempenhando as mesmas funções, elas recebem um valor inferior ao que é pago pelos times aos atletas masculinos. Com isso, podemos afirmar que tanto no futebol como em outras profissões, as mulheres ainda sofrem com as disparidades nos salários.

Na Copa Feminina de 2019, realizada na França, a jogadora Marta entrou em campo com um par de chuteiras pretas na qual não continha nenhuma logomarca de patrocinadores. Em seu lugar havia o símbolo do movimento “Go Equal”, que defende a igualdade de gênero.

Marta não aceitou patrocínio inferior ao valor que é pago ao futebol masculino. Sua intenção era mostrar as disparidades de investimentos e salários característicos do futebol feminino.

Essas discriminações de gênero sempre estiveram presentes no futebol feminino, como em outros esportes e profissões. “A falta de financiamento acompanhou o futebol desde sempre, gerando uma fragilidade estrutural que comprometeu e compromete o futuro e a profissionalização desse esporte, repito – quando praticado por mulheres!” (MORAES, 2012, p.65).

Enquanto a primeira Copa masculina foi realizada no ano de 1930, a feminina só ocorreu em 1991 na China, país onde os jogos das mulheres já eram disputados há 30 anos, motivos pelos quais o Brasil foi duramente criticado, pois aqui no país a CND só reconheceu o futebol feminino como desporto em 1983. Desse torneio participaram 12 países, além do Brasil e China, Alemanha, Dinamarca, Estados Unidos, Itália, Japão, Nigéria, Noruega, Nova Zelândia, Suécia e Taipé Chinês.

O time brasileiro foi composto por Adriana, Cenira, Doralice, Elane, Fanta, Márcia Silva, Márcia Tafarel, Maria Lúcia, Marilza, Marisa, Meg, Mirian, Nalvinha, Pretinha, Rosa Lima, Rosângela Rocha, Roseli e Solange, tendo como técnico, Fernando Pires. Apesar de ser novidade a Copa Feminina teve pouca divulgação, o que acabou não despertando o interesse dos patrocinadores.

Com essa falta de interesse dos investidores, ao final da Copa, os times foram se desfazendo e as integrantes que disputaram a Copa de 1991 começaram a migrar para o futsal, esporte que começava a se destacar no país, pois ao contrário do futebol de campo, demandava menos investimento, o que por sua vez, atrai a atenção dos patrocinadores. A partir deste momento o futebol feminino perdeu novamente espaço no país.

Em 1994 o futebol feminino irá ressurgir, dessa vez contando pela primeira vez, com um patrocinador oficial, a Maisena. As jogadoras começam novamente a ser reunidas para se preparar para disputar a Segunda Copa Feminina na Suécia, que seria realizada no ano seguinte. As integrantes dessa Seleção eram basicamente as mesmas que jogaram em 1991 e além delas, também contava com Formiga, Kátia Cilene, Leda Maria, Michael Jackson, Sissi e Tânia Maranhão, tendo como técnico, Ademar Junior.

Segundo Moraes (2012, p.159), com o patrocínio da Maisena, o salário das garotas teve leve melhora, passando de 20 reais, que eram pagos quinzenalmente pela CBF em 1991, valor que correspondia a 10% do total pago aos times masculinos, para 1.500 por mês. Valor

também inferior se compararmos com o ganho das jogadoras norte americanas que recebiam até 20.000 dólares por ano.

3.5 Uma nova luta para entrar nos gramados

Além dos conflitos, das dificuldades e das desigualdades registradas anteriormente, a necessidade de resistência das mulheres nesse campo também se apresenta quando buscam ocupar funções fora do gramado.

Na arbitragem, na mídia, na gestão de clubes, federações e confederações ou no treinamento de atletas e equipes, evidencia-se que a presença feminina é ainda muito baixa, tanto no contexto nacional como no internacional. (FERREIRA, DOS ANJOS, DRIGO, MOURÃO, SALLES, 2017, p.1).

A exemplo do ocorrido com a industrialização iniciada no país na década de 1940, um número cada vez maior de mulheres começou a adentrar o mercado de trabalho, principalmente nas indústrias de fiação e tecelagem, desafiando a ideia de que o trabalho é tarefa masculina, trabalhadoras tiveram que lidar com preconceitos, discriminações e violências dentro do ambiente de trabalho, independente do tipo de atividade que desenvolviam.

As histórias das mulheres em novos cenários não foi suficiente para romper a visão que definia os afazeres domésticos como atividades exclusivamente femininas. E esse fator foi responsável por reservar a elas, dentro das indústrias, os cargos que exigiam menos especialização, ou seja, os com menores remunerações, excluindo assim, a atuação em postos de comando. Além disso, deviam atuar em áreas que não comprometessem sua dedicação para com a família. Não deviam em hipótese alguma abandonar o espaço doméstico em favor da vida profissional. Essa lógica perversa se reproduz quando observamos os diversos papéis que a mulher pode ocupar no futebol.

Segundo Teixeira (2008, p.36) as mulheres podiam ter alguns postos de trabalho que pagavam menos porque elas eram mulheres, o que também as incentivava a ficar em casa cumprindo o papel de mães e esposas. A elas eram assegurados empregos mal pagos, muitas vezes análogos ao trabalho doméstico. (HARTMANN, 1979; FOLBRE 1994, p. 95).

Nesse contexto, as mulheres precisaram lidar com a dupla jornada. Tinham que lidar ao mesmo tempo com a vida profissional e com o afazer doméstico, este último, porém, era desvalorizado, não sendo considerado um trabalho. Nesta condição, as mulheres eram vistas

como desocupadas. Por isso, mesmo após passar horas trabalhando dentro das fábricas, elas não poderiam descumprir suas responsabilidades para com os filhos e o marido.

A desigualdade de gênero caracteriza os homens como provedores do lar. Nessa lógica, são eles os responsáveis pela manutenção da família, situação que justifica até os dias de hoje as diferenças salariais entre os gêneros. Como o público masculino é quem, em tese, sustenta a família, deve ganhar mais. Com relação às mulheres, deviam ganhar menos, tanto as casadas como as solteiras.

Nesse período, prevalecia o entendimento de que o salário das mulheres solteiras deveria ser igual ao que custa o sustento delas, mas não precisaria ser superior. O mínimo para um homem é sempre acima disso, porque para os homens o salário deve ser suficiente para sustentar a si mesmo, uma mulher e um número adequado de filhos. (CARRASCO, 2008, p.8, *apud* TEIXEIRA, 2008, p.33).

Embora os motivos explicitados tenham sido grandes causadores da tardia inserção feminina em postos no mercado de trabalho no comando dentro do futebol, elas conseguiram, ainda que de forma reduzida, assumir essas áreas, porém, como é possível concluir, elas também tiveram que lidar com os mesmos desafios enfrentados pelas jogadoras, o que dificultou sua permanência nestes espaços. Nessa perspectiva espera-se que toda mulher fosse delicada, dócil e principalmente, heterossexual, características estas que não se aplicam em postos de comando, já que eles exigem autoridade e liderança. Portanto, aquelas que fogem a esse padrão tornam-se suspeitas de serem lésbicas ou estarem atraídas pela virilidade dos jogadores homens.

Assim como em tempos mais antigos, ainda há, hoje em dia, uma série de preconceitos quanto à mulher que gosta de futebol. Para os homens, parece impossível que uma mulher possa gostar do jogo em si e as acusam de estarem atentas ao esporte apenas por interesse em jogadores, como se elas não fossem capazes de observar, além da beleza de determinado jogador, sua capacidade técnica também. (ECOTEN, 2013, p.8).

Devido ao novo contexto social em que estamos inseridos, a dupla jornada feminina tem sido ampliada para uma tripla jornada. Além dos afazeres domésticos que continuam sendo atribuídos em sua maioria as mulheres, estas profissionais ainda precisam lidar com mais duas ocupações, a vida profissional e a dedicação aos estudos.

A sobrecarga pode aumentar quando as mulheres seguem a vida acadêmica, o que configura a tripla jornada, e acoplam à rotina mais uma difícil tarefa, que exige dedicação, concentração e uma grande habilidade em conciliar esses três segmentos. (COSTA, 2018, p13).

O preconceito com relação a mulheres que atuam em áreas não convencionais fez com que esses ofícios, quando ocupados por elas, não fossem encarados como profissão, o que submetia estas ocupações a uma baixa remuneração ou até mesmo a uma ausência dela. Devido a isso, muitas profissionais são obrigadas a se dedicar a outros trabalhos para poder complementar a renda.

Na análise do trabalho assalariado produzido pelos economistas clássicos, não existia nenhuma discussão em torno das raízes da segregação por sexo e tampouco se questionava o porquê de os salários das mulheres serem mais baixos. Para eles, o emprego feminino era considerado circunstancial e complementar. (TEIXEIRA, p.32, 2008).

Além disso, essas diferenças também estão baseadas em um pensamento que caracteriza a população feminina como menos produtiva. Como estão em postos mais “leves”, esses cargos não exigem tanta especialização e não demandam tanta força física. Além de suas profissões ainda serem vistas como passageiras, onde em algum momento suas necessidades reprodutivas irão afastá-las desses espaços para se ocupar com a família, tornando-as menos disponíveis para o trabalho.

Segundo dados do IBGE, entre os anos 2012 e 2018, as mulheres ainda recebem 20% a menos que os homens em trabalhos formais remunerados. Esse fator é explicado pelo fato delas dedicarem menos tempo ao trabalho. Enquanto elas trabalhavam em média 37,9, eles chegam a trabalhar até 42,7 horas por semana. (AGÊNCIA BRASIL, 2019). Cabe ressaltar que essa carga horária não leva em conta o tempo de dedicação das mulheres em outros cuidados, visto que não são considerados como profissão.

Ainda segundo o IBGE (2018), a situação piora ainda mais conforme o avanço da idade, fator associado à redução da jornada média entre mulheres mais velhas. Os dados também confirmam que quando se trata da população negra, essas diferenças salariais entre homem e mulher são menores se comparado aos brancos.

Seja atuando como jogadora, técnica, treinadora ou dirigente, dentro ou fora do esporte, podemos perceber com base nas informações apresentadas, que as profissões desempenhadas pelas mulheres ainda são marcadas por desigualdades, o que acaba por dificultar ou excluir a inserção e a permanência feminina nestes espaços.

4. FUTEBOL FEMININO EM CODÓ: A EXPERIÊNCIA DAS JOGADORAS CODOENSES NOS ANOS 1990

Início este capítulo apresentando a história de Codó, dando destaque para o espaço destinado ao esporte na cidade. Em seguida passo a relatar as experiências de Elismar Coqueiro Garrido e a do Sr. Batista, técnico de um dos primeiros times de futebol da cidade, o qual tive a oportunidade de conhecer através dos relatos de nossa entrevistada. Para finalizar, apresentarei também os relatos de experiência de Antônia Lúcia Soares Gomes e Pretinha.

4.1 A cidade de Codó e os espaços destinados ao esporte

Com uma população de aproximadamente 123 mil pessoas (Censo de 2020 – IBGE),¹¹ Codó é uma cidade situada no interior do Estado do Maranhão, sendo conhecida como a capital mundial da feitiçaria devido à presença de um número elevado de terreiros que misturam as influências africanas, indígenas e católicas, sendo possível encontrar variadas manifestações religiosas como a umbanda, candomblé, tambor-de-mina, terecô, tambor da mata e mais recentemente a quimbanda. (SOUSA, 2016, p.79).

Colonizadores da época da ocupação do território codoense, andavam pela cidade acompanhados de muitas pessoas escravizadas, tanto para que estes trabalhassem nas lavouras como para que os defendessem dos constantes ataques indígenas. Por este motivo considerase que Codó foi o maior centro de escravatura do Estado, o que justifica também o grande número de terreiros existentes na cidade.

Com relação aos espaços destinados à prática esportiva de lazer, a cidade conta com estruturas como o Estádio Municipal Renê Bayma, campos improvisados, além de diversas quadras poliesportivas espalhadas pelos variados bairros da cidade. Segundo a Revista Leia Hoje (2000, p.13), em Codó existiam 28 agremiações esportivas para a prática do futebol de campo, reunindo 1009 atletas na época. Dentre estes, Jackson e França tiveram destaque nacional em times como a Sociedade Esportiva Palmeiras e o São Paulo Futebol Clube.

Nos anos 2000, era comum a organização por parte da Secretaria de Desportos, Lazer e Turismo, de eventos como Ruas de Lazer, onde ocorriam torneios de dama, dominó, pipa, baralho, pelada e jogos escolares. No aniversário da cidade, destacavam-se corridas rústicas e

¹¹ Disponível através do link: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/codo/panorama>. Acessado em 09/06/2021.

ciclísticas. Haviam também concursos de quadrilhas juninas e escolas de samba. (Revista Leia Hoje, 2000, p.13).

Com relação ao futebol feminino em Codó, este ainda se desenvolve de forma amadora e com pouco destaque, frente às outras modalidades esportivas, especialmente aquelas praticadas majoritariamente por homens. Porém, merecem destaque os trabalhos desenvolvidos por instituições não governamentais como a Plan International, que desenvolve projetos voltados à promoção dos direitos das crianças e a igualdade das meninas, usando como ferramenta o futebol feminino.

4.2 Elismar, Batista, Antônia Lúcia e Pretinha: praticantes do futebol em Codó

Para as mulheres codoenses que ousaram jogar futebol na década de 1990, os desafios se apresentaram dentro e fora de campo, passando por diferentes situações para que o desejo de jogar prevalecesse. Com elas, as situações de dificuldades enfrentadas não foram diferentes das apresentadas anteriormente com relação à população feminina do restante do país.

Para Elismar, que começou a jogar com dezessete anos e nunca jogou profissional, o interesse por futebol veio a partir das provocações de colegas homens.

[...] Foi com Batista (treinador), e aí ele me chamou pra gente treinar e eu treinei. Foi dia 20 de outubro de 1990 mesmo [...] Aí logo, logo eu engravidei do Vinícius. Mas o pai e a mãe nunca quiseram, que disse que se eu jogasse bola eu ia virar “sapatão”. “Mermã” mais eu fiquei com raiva demais. Eu disse: mãe, só vira sapatão quem quer [...] porque assim, na época tinha muita menina que jogava bola e muita menina que era mesmo, entendeu? E aí eu disse pra ela que eu ia jogar. “Não, não vai jogar não” (fala da mãe da entrevistada na época). Aí eu disse, não, mas eu vou jogar, aí, só que eu já ‘tava’ grávida, né? (Elismar, outubro, 2020).

Com relação à opinião de sua família sobre sua prática esportiva no futebol, a mesma relata que eles não aprovavam.

Não gostavam, nenhum lá de casa não gostavam [...] Nem minha mãe, nem meu pai, ninguém lá de casa não queria pra mim jogar bola. Mas eu joguei [...] Não, não jogava escondido, mas eu ia jogar, né? Só que nenhum pediu. (Elismar, outubro, 2020).

Mesmo diante da reprovação da família, nossa entrevistada se manteve jogando futebol por quase dez anos. Porém, com a idade e a maternidade, novas responsabilidades se

apresentaram. A necessidade de trabalhar para sustentar a família fez com que ela abandonasse os gramados, fato provocado pela ausência de uma estrutura que possibilitasse pagamento de salários para as jogadoras, já que a mesma afirmara que não recebiam.

A partir da experiência de Elismar, também é possível argumentar que em sociedades machistas, em cujo espaço o papel social reservado à mulher é o espaço da casa e as atividades domésticas, quando ela se mantém firme no propósito de jogar futebol, mesmo à revelia da vontade da família e assumindo o risco de ter sua sexualidade questionada, ela estava rompendo com a estrutura de poder patriarcal que oprime as mulheres.

Assim como informa a esta mesma sociedade que o fato de serem as responsáveis pela gestação da vida, necessariamente não as obriga a serem as únicas responsáveis pelos cuidados das crianças e adolescentes, nem tampouco dos afazeres domésticos. Atualmente, longe dos gramados, Elismar, mãe de três filhos, trabalha como professora em uma escola municipal.

Sua história e contribuição para o esporte feminino em nossa cidade merece registro por configurar atividade de rebeldia e resistência quanto aos papéis sociais destinados às mulheres naquela época e que ainda se reproduz na atualidade.

O fato de o futebol feminino permanecer no amadorismo e na precariedade estrutural que até hoje é sua característica, somando-se ao encerramento precoce de tantas carreiras, são elementos que, associados, contribuíram significativamente para que tanto essa modalidade esportiva como histórias como as que investiguei permanecessem silenciadas. (MORAES, 2012, p. 32).

Através de Elismar, conseguimos ter contato com o Senhor João Batista, mais conhecido como Sr. Batista, técnico do Primavera, time que ela jogava na época. Em nossa conversa, o mesmo diz ter começado a trabalhar com o futebol feminino por sempre ter gostado do esporte e pelo fato dessa modalidade ser bastante desvalorizada pelas pessoas. Desde 1987, período em que iniciou os treinamentos, uma de suas maiores dificuldades foi a falta de ajuda financeira por parte das autoridades municipais, o que poderia ter proporcionado mais estrutura à equipe.

Além da falta de incentivos financeiros, outros motivos adversos também foram determinantes para que as garotas comessem aos poucos a abandonar os times:

Na época eu comecei com mais de trinta e parou lá pra umas vinte, aí foi desistindo. A carreira feminina é curta, tem delas que quando arranja namorado o namorado não deixa, tem delas que viaja, tem delas que casa, tem umas que engravida. (Batista, novembro, 2020).

Por meio deste relato percebemos uma violência comumente exercida sobre as mulheres, a autoridade masculina se sobrepondo a feminina. Para Silva,

[...] a história da humanidade traz, desde o início de sua constituição, o traço da violência, forjada por meio da subjugação e da exploração homem pelo homem, transformando as relações de gênero, afetivas e sociais, através de dispositivos de poder e de submissão. (SILVA, 2018, p.2).

O senhor Batista enfrentou, para formar times de futebol feminino em Codó, as dificuldades que variam desde financeiras a questionamentos sobre a sexualidade das atletas.

No começo tinham muitas dificuldades. Que futebol não era pra mulher. Mulher não era pra jogar bola. Era maior dificuldade, várias delas chegou a jogar escondido. [...] Dizem que mulher que joga bola é macho-fêmea, lésbica, aquilo outro. (Batista, novembro, 2020).

O fato de o futebol ser tomado como um dos espaços que firmam a virilidade masculina justifica a proteção deste lugar de “macho”, que é ameaçado pela invasão das “fêmeas”. Pois definir a mulher praticante de futebol como macho-fêmea, nesta situação específica, para além de discriminar as lésbicas, por enquadrar a todas dentro do padrão de masculinização do corpo, privilegia práticas machistas de valorização do poder masculino.

Diante disto, podemos afirmar que a inserção feminina em ambientes “masculinos”, se apresenta em forma de ato de resistência. Atualmente o Sr. Batista permanece trabalhando com futebol feminino. Dos diversos times que comandou na época, entre eles Berlute, São Pedro, Juventus e Nacionalzim, apenas Primavera persiste, hoje, com novas integrantes.

Outro relato que trago para conhecimento e debate é o de Antônia Lúcia. Lucinha, como é conhecida, morava no povoado Sangaiá, zona rural de Codó, lugar onde o futebol feminino se desenvolveu na modalidade amadora. Em 1991, aos 15 anos, ela nos contou que esse esporte, tanto o masculino quanto o feminino, não recebiam nenhuma estrutura ou suporte (público ou privado) que o fizesse avançar a nível municipal ou regional.

No povoado, as meninas eram treinadas pelo Cumpade Pinto, como era conhecido o treinador, já falecido, mas era um homem que tinha entre trinta e trinta e oito anos, responsável por levá-las em segurança aos povoados para disputar torneios amadores.

A entrevistada conta que sem nenhum investimento, jogavam sem fardamento e calçados adequados. As partidas eram disputadas em campinhos de areia e com a presença de poucos torcedores. Ao ser questionada sobre os motivos do abandono dos gramados, Lucinha demonstrou desapontamento:

Porque logo, eu acho que não tinha pessoas, assim, pra investir. Porque como a gente jogava nesses interior tudim, a gente tinha potencial pra gente chegar. Acho que se alguém chegasse pra investir na gente, a gente tinha chegado mais longe, né? Mas não tinha, era só aquele timizim do interior que: ah! nós vamos hoje pra Amparo, aí todo mundo se organizava cedim pra gente ir pra outro interior. Muitas vezes eu ia escondida, muitas vezes mesmo. [...] Pois como eu era a tal de zagueira, a gente tinha que tá lá, né? [...] Nós só tinha, o nosso coisa era só mesmo o shortinho, né? Aqueles folgadim, que é esses de malha de tecido que os homem usa, não tem? [...] que o homem (treinador) dizia assim: ah! vem num conjunto, numa roupa combinando com a outra, né? Aí sempre dava um jeito de ter uma roupa igual as que as outras tinha, mas não tinha nome, nem nada não. [...] Só roupinha mesmo e descalço [...]. (Antônia Lúcia, novembro, 2020).

Além das dificuldades materiais, destaque-se o preconceito vivenciado pelas meninas que jogavam bola.

Me chamavam de “sapatão”, me chamavam de “macho-fêmea”. Porque antigamente quase não tinha esses tipo de esporte pra mulher, né? Eu nem me importava, mas também nunca me importei com o que as pessoas acham de mim. [...] papai ficava falando que eu ia, que não ia dar o que presta, que eu ia ser uma rapariga, essas coisas que pai hoje já são mais compreensível, né? Agora eles mesmo não diziam nada assim, só papai que falava que eu, parece que queria era ser macho, que eu fazia as coisas que homem faz, né? Que é jogar bola, fazer isso e aquilo. Sempre gostei de fazer aí eu ia fazer. [...] Às vezes eu ia escondido. (Antônia Lúcia, novembro, 2020).

Desde criança nossa entrevistada gostava de jogar bola. Gostava de se aventurar em brincadeiras tidas como masculinas, como roubar cachaça na quitanda do pai ou roubar 88 (tipo de cachaça) e oferecer aos vaqueiros em troca de cavalos que a levasse para Amparo, Tabocagem, Centro dos Doido ou Lagoinha, povoados vizinhos onde os jogos ocorriam. Por este motivo ela argumenta que era chamada pelos amigos de macho-fêmea.

[...] Que os meninos chamavam eu de “macho-fêmea” [...] toda “baguncinha” que dava eu tava dentro, mesmo sem a mãe e o pai querer eu sempre dava um jeito de participar. (Antônia Lúcia, novembro, 2020).

Historicamente a figura do homossexual foi sendo construída como indivíduo que não se encaixava em modelos de comportamento sexual heteronormativo, portanto, tornou-se alvo de fantasiosas ideias sobre suas práticas sexuais. O homossexual era visto como o diferente, que fugia dos padrões normativos da sociedade da época. (FAUSTINO, 2017, p.12). Nesse sentido, estigmatizar as mulheres que praticavam futebol como “sapatão”, “macho-fêmea” tem a intenção de desqualificar as mulheres que desempenham as mesmas atividades que os homens.

Para Teixeira e Iraquitã (2013, p. 266-267), o futebol feminino parece ser tolerado pela sociedade brasileira, mas ainda não ganhou espaços de visibilidade equivalentes ao futebol masculino, ou mesmo ao futebol feminino em outros países, motivos advindos das

relações conflituosas de gênero, causados pela inserção feminina no mundo esportivo, espaço tido como área de domínio masculino. Além disso, esse preconceito também está relacionado à necessidade de proteção aos padrões heteronormativos que estigmatizam a população feminina como mães e donas do lar.

Diante disto, a sexualidade foi definida por um conjunto de comportamentos considerados normais para cada gênero. E a mulher no espaço esportivo, especialmente no futebol, é vista como uma infração a tais padrões, o que gera repressões a tais práticas, como forma de defesa às normas tidas como normais. Portanto, não nos provoca estranheza que na década de 1990 as mulheres que se desafiaram a jogar futebol tenham sido estigmatizadas como “macho e fêmea”.

Como forma de discriminar a participação feminina em determinados esportes, a mulher passou a ser considerada um sexo frágil e a reprodução de tais condutas sexistas resultaram em regulamentações que retardaram sua inserção em tais modalidades.

A mídia também foi responsável por tais reproduções, através de exposições de corpos atléticos femininos fortes, porém, sem perder a feminilidade. Esse controle da aparência feminina resultou em estigmatizações da sexualidade das atletas. Aquelas que fugissem deste “padrão feminino” eram consideradas homossexuais.

Nossa última entrevistada, Pretinha, como gosta de ser chamada, teve uma trajetória considerada profissional no futebol. Ainda criança, como não tinha televisão em casa, gostava de acompanhar os jogos do Flamengo pelo rádio e de brincar de bola com os amigos. Aos 13 anos começou a se integrar em times, tais como, Nacionalzim, Juventus, São Pedro, Bom Jesus, Nova Geração de Teresina e o São Paulo de Caxias.

O que marca a trajetória de Pretinha e que gostaríamos de registrar é que durante uma partida de futebol jogada contra o São Paulo, jogo realizado no Campo do Vasco, em Codó, Pretinha conta que apesar de seu time, o São Pedro, ter perdido por 11 a 1, gol de honra que ela mesma marcou, acabou despertando atenção do técnico do São Paulo, o qual a convidou para jogar em Caxias.

A entrevistada lembra que para poder arcar com as despesas da viagem, realizavam-se bingos e rifas, já que os times femininos não tinham nenhum tipo de financiamento público ou privado, diferente dos masculinos. Quando não possuía dinheiro para poder viajar, o próprio técnico do time lhe ajudava. O único time à qual Pretinha se recorda de receber

patrocínios era o Bom Jesus. Como ela mesma nos contou, o time pertencia na época a João Vicente Claudino, empresário do setor do comércio.

Dos muitos episódios que vivenciou em sua trajetória como jogadora, Pretinha se recorda e destaca o apoio e incentivo de sua família, como aspecto positivo. Porém, de forma negativa recorda-se de um episódio o qual lhe constrangera. Durante uma partida, o técnico do time rival havia pedido para que o árbitro parasse o jogo, pois desconfiava que Pretinha não fosse mulher, mas um homem, assim argumentando: pois ela não tinha peitos e jogava como homem.

O episódio ilustra a perversidade do preconceito contra as mulheres, as negras e as lésbicas, pois jogar bola bem era atividade reconhecida apenas nos homens, portanto Pretinha não poderia jogar bem e ao mesmo tempo ser reconhecida como mulher. A ela foram atribuídas outras características que anulavam suas habilidades com a bola.

Atualmente todas as entrevistadas permanecem afastadas dos gramados. Assim como Antônia Lúcia, hoje dona de casa, Pretinha, após sofrer uma fratura em um de seus joelhos, também se dedica a cuidar do lar. Já Elismar ingressou em uma universidade, formou-se, e hoje trabalha como professora em uma escola municipal.

Mediante os relatos apresentados conclui-se que a prática esportiva do futebol historicamente foi carregada de preconceito e discriminação com relação à participação feminina. A mulher neste esporte ainda desperta desconfianças. Duvidam de sua paixão, dedicação e de suas habilidades e capacidades com a bola. Em algumas situações este interesse de jogar futebol das mulheres é associado apenas à atração física pelos jogadores.

Também devemos ressaltar a falta de condições para se profissionalizarem, como ausência de patrocínios e pagamento de salários. Quando analisamos a história da mulher no esporte, são elas as vítimas da desigualdade social. Embora consideremos os avanços, se comparado ao início da trajetória feminina neste esporte, ainda há pouca visibilidade das mulheres no meio midiático, assim como ainda é marcante o predomínio dos homens nos postos de comando.

Considerando que Codó é uma cidade do interior do Maranhão, composta pelas religiões de matriz africana, pela população majoritariamente negra, podemos acrescentar como elementos que se somam à discriminação das mulheres de Codó na prática do futebol o fato de serem codoenses, negras e de classes populares, cujas oportunidades de mudança de vida se distanciam das práticas esportivas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das leituras, análises documentais e dos relatos das entrevistadas, conclui-se que o futebol, desde os primórdios, foi caracterizado como um esporte predominantemente masculino. E mesmo com a criação de teorias sociais e biológicas com o intuito de afastar a população feminina destes espaços, as mulheres desafiaram as regras e se mostraram rebeldes quanto à prática deste esporte diante das muitas condições adversas.

Sabemos que as mulheres estão há muito tempo nos campos. Porém, por vivermos em uma sociedade machista patriarcal foram por muitas vezes invisibilizadas. As contribuições das mulheres na história do esporte no país foram ignoradas e tratadas como se nunca tivessem existido, a exemplo do que ocorre na bibliografia oficial, quando a figura feminina também tem sido esquecida. Os diferentes estudos que apontam para o início da história do futebol no país, relegam a mulher ao esquecimento.

O futebol feminino ainda hoje é caracterizado pelo descaso e pelo abandono. Ele surge muito tempo depois do masculino, e mesmo assim, em contexto diferente e com menos incentivo. O homem com bola nos pés sempre foi considerado como herói, rei da nação. Já elas, eram vistas como motivo de piada. Não tardou para que leis e decretos fossem criados para corrigir a afronta que a mulher representava ao futebol, numa explícita tentativa de afastá-las dessa prática esportiva.

O tempo passou e a presença feminina neste espaço foi se tornando mais frequente e aceitável, porém, com menos credibilidade e visibilidade. O preconceito é algo que as mulheres precisam driblar. Mesmo com mudanças significativas, há muito a se conquistar, pois a visão que caracterizou a mulher como uma pessoa frágil ainda prevalece e que por este motivo não pode ocupar espaços e desempenhar papéis que modificam sua aparência e aniquilam sua “delicadeza e graciosidade”.

De acordo com os argumentos aqui observados, pode-se afirmar que o futebol esteve presente no cotidiano das mulheres codoenses nos anos 90. E que no período em questão, este esporte esteve marcado pelo amadorismo e pelo preconceito. E que mesmo quando parecia que iria despontar, ele permaneceu estagnado, fatores estes que destinaram tais mulheres a uma falta de perspectiva de um profissionalismo, o que as levaram ao abandono precoce de suas carreiras.

BIBLIOGRAFIA

A evolução das regras do futebol. Jornalheiros Blog do PC Filho, 2012. Disponível em:

<jornalheiros.blogspot.com/2012/08/a-evolucao-das-regras-do-futebol.html>.

BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. **GH: o feminino como mediação hermenêutica do gênero humano.** Rio de Janeiro, 2017.

CALDAS, Waldenyr. **O pontapé inicial: memória do futebol brasileiro.** São Paulo: Editora Ibrasa, 1990.

CATUGAREGLI, Maria Genny; CASTRO, Caio Casagrande; MAROLO, Paula. “**A problemática da imprensa na cobertura do futebol feminino brasileiro**”. In: Revista Videre Futura. Ano 1, v.1, jan/jul. 2012.

COSTA, Fabiana Alves da. **Mulher, trabalho e família: os impactos do trabalho na subjetividade da mulher e em suas relações familiares.** Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, 2018.

COZAC, João Ricardo. **A história do futebol,** 2008.

D’ÁVILLA, L., B.; JÚNIOR, O., M., S. **Futebol feminino e sexualidade.** Revista das Faculdades Integradas Claretianas, n.2, 2009.

DAMATTA, Roberto. **Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro.** In: Universo do futebol. Rio de Janeiro: Pinakothèque, 1982.

DAÓLIO, Jocimar. **Cultura: educação física e futebol.** 2. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003.

DARIDO, Suraya Cristina. **Futebol Feminino no Brasil: do seu início à prática pedagógica.** Motriz. Rio Claro, v.8, n.2, 2002.

ECOTEN, Márcia Cristina Furtado. **A mulher no espaço do futebol: um estudo a partir de memórias de torcedoras coloradas.** 27º Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, 22 a 26 de julho, 2013.

FABIO, Luís Santos Teixeira. CAMINHA, Iraquitã de Oliveira. **Preconceito no futebol feminino brasileiro: uma revisão sistemática.** V.19, nº01, p.265-287, jan/mar. Porto Alegre, 2013.

FAUSTINO, Natanael Araújo. **Homossexualidade nas décadas de 1980 e 1990: o caso da cidade de Codó-Ma.** Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Maranhão, Codó, 2017.

FERREIRA, Heidi Jancer. DOS ANJOS, Luzia Aguiar. DRIGO, Alexandre Janotta. MOURÃO, Ludmila Nunes. SALLES, José Geraldo do Carmo. **As barreiras enfrentadas por treinadoras brasileiras**. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte, São Paulo, 2017.

FRANZINI, Fábio. "A futura paixão nacional: chega o futebol". In: PRIORE, Mary; MELO, Victor. (orgs.). História do Esporte no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

FRANZINI, Fabio. **Futebol é “coisa para macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 25, nº 50, p. 316-328. 2005.

GOELLNER, Silvana Vilodre. “Mulheres e esporte: sobre conquistas e desafios.” Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, ano 2, nº4. Brasília, 2012.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades**. Rev. bras. Educ. Fís. Esp., São Paulo, v.19, n.2, p.143-51, abr./jun. 2005.

GOELLNER, Silvana Vilodre. **Na pátria das chuteiras as mulheres não têm vez**. Revista Brasileira de Educação Física e Esportes, São Paulo, v.20, n.2, 2006.

HELAL, Ronaldo. “Futebol do Heróis e Ídolos, Mídia”. In: Revista de Comunicação, Movimento e Mídia na Educação Física, Santa Maria, vol.2, CEFD/UFSM, 1999.

LESSA, Patrícia. **Mulheres, corpo e esportes em uma perspectiva feminista**. Revista Motrivivência. Florianópolis: UFSC, ano XVII, n.24, p.157-172, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOVISOLO, Hugo. et al. **Esporte, mulheres e masculinidades**. Revista digital Esporte e Sociedade. ano 5, n 13, nov.2009.

MAGALHÃES, Livia Gonçalves. **Histórias do futebol**. Coleção Ensino e Memória. Arquivo Público do Estado. São Paulo, 2010.

MARTINS, Leonardo; MORAES, Laura. “O futebol feminino e sua inserção na mídia: A diferença que faz uma medalha de prata”. In: Revista Pensar a Prática. v.10, n.1, 2007.

MÁXIMO, J. **Memórias do futebol brasileiro**. Estud. av. São Paulo, v.13 n.37, 1999.

MORAES, Enny Vieira. **As mulheres também são boas de bola: histórias de vida de jogadoras baianas (1970 – 1990)**. 2012. 287 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MOURA, L; SANTOS, G; BENTO, F; LOVISOLO, H. **Esporte, mulheres e masculinidades**. Revista digital Esporte e Sociedade. Ano 5, n 13, 2009.

MOURA, Vicente Higino. **A evolução do futebol através da ciência e da tecnologia**. Taubaté-SP, 1997.

MOURÃO, Ludmilla; MOREL, Marcia. “**As narrativas sobre o futebol feminino: o discurso da mídia impressa em campo**”. In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Campinas, v.26, n.2, jan. 2005.

MURAD, Maurício. “Corpo, magia e alienação – o negro no futebol brasileiro: por uma interpretação sociológica do corpo como representação social.” En pesquisa de campo, nº0. (UERJ/ Departamento Cultural/ SR-3: pp 71-78). 1994b.

MURAD, Maurício. **Todo esse lance que rola: uma história de namoro e futebol**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994 (a).

PEREIRA, Maria Cecília Souza; DO CARMO, Lyvia Tavares Felix. **A Construção De Uma História Das Mulheres: Uma Abordagem Transdisciplinar**. GT: Educação, Complexidade e Transdisciplinaridade. 2015.

PEREIRA, Santos Lira Soares. et al. **Preconceito contra homossexuais no contexto do futebol**. Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte. vol. 26, núm. 3, pp. 737-745. 2014.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ARTIGO 226), 1998.

BRASIL, Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, (Lei Maria da Penha).

REIS, Fábio Pinto Gonçalves dos; ARRUDA, Ivan Eduardo de Abreu. **Uma história do futebol feminino brasileiro: superando preconceitos**. EFDeportes, Buenos Aires, v. 16, n. 163, dic. 2011.

REVISTA LEIA HOJE. **ENCICLOPÉDIA DO MARANHÃO**. Ano VI, Nº49, 2000.

SALVINI, Leila; JÚNIOR, Marchi Wanderley. **Uma história do futebol feminino nas páginas da revista Placar entre os anos de 1980-1990**. Movimento. Porto Alegre, v.19, n.1, p.95-115, 2013.

SANTOS, Doiara Silva dos; MEDEIROS, Ana Gabriela Alves. “**O Futebol Feminino no Discurso Televisivo**”. Revista Brasileira de. Ciência e Esporte, Florianópolis, v. 34, n. 1, jan./mar. 2012.

SANTOS, Ricardo Pinto dos. **História do esporte no Brasil**. In: PRIORE, Mary; MELO, Victor. (orgs.). História do Esporte no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

SILVA, Carla da. **A desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: uma possibilidade de construção da igualdade de gênero**. Portal UNISEP, São Paulo, 2018.

SOUSA, Eustáquia Salvadora de; ALTMANN, Helena. Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar. Caderno CEDES, Campinas, v. 19, n. 48, Ago. 1999.

SOUSA, José Reinaldo Miranda de. **AS DIÁSPORAS MARANHENSES. CODÓ: CAMINHO E DESCAMINHOS DE UM POVO EM MOVIMENTO (1970-2010)**. São Paulo, 2016.

SOUZA, Sandro de. **Uma breve história do futebol**. Universidade Salgado de Oliveira. Disciplina: aprofundamento em futebol. 2010.

SUZANA, Villas Boas. OLIVEIRA, Catarina Sales. LAS HERAS, Soled. **Tarefas domésticas e gênero: representações de estudantes do ensino superior**. Universidade da Beira Interior. Portugal, 2016.

TEIXEIRA, Marilene Oliveira. **Desigualdade salariais entre homens e mulheres a partir de uma abordagem de economistas feministas**. Instituto de Economia da Unicamp. V.9, n.1, p.31-45. Niterói, 2008.

TELLES, Gabriella Pereira. **País do futebol...feminino? A (in) visibilidade das mulheres nas quatro linhas**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Jornalismo. Rio de Janeiro, 2017.

VAZ. Leopoldo Gil Dulcio. **História do futebol maranhense – parte 1**. Federação maranhense de futebol. Adicionado em 01/03/2009, revisada em 12/01/2018

VAZ. Leopoldo Gil Dulcio. **O futebol em São Luís (Maranhão-Brasil): 1907-1917**. Revista Digital – Buenos Aires, ano 9, nº63, Maranhão, 2003.

VIANA, S., E., A. **Futebol: das questões de gênero à prática pedagógica**. Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 6, ed. especial, p. 640-648, 2008.

ANEXOS

ANEXO 1



Fonte: Sr. Batista e seu atual time de futebol feminino, Primavera, 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS VII / CODÓ
CURSO: LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS /
HISTÓRIA

Título: Futebol feminino na cidade de Codó-Ma

Autor: Tamires Cruz Freitas

Orientadora: Prof. Dra. Jascira da Silva Lima

ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADO AO SENOR BATISTA

1. Como/quando/porque o senhor despertou interesse para trabalhar com o futebol feminino?
2. Quais motivos/razões o levaram a trabalhar com o futebol feminino?
3. Quais as maiores dificuldades encontradas/enfrentadas para iniciar os times femininos na década de 1990?
4. Quantas mulheres começaram a treinar com o senhor? Houve desistência? Por quê?
5. Como era a relação meninas X meninos em campo? Já houve conflito entre estes? Quais as motivações? Como foram superados?
6. Como o senhor percebia a relação das meninas com a família e amigos? Estes as apoiavam nos jogos?
7. O senhor lidou com algum caso em que as mulheres jogavam escondida da família? Por quê?
8. Os times femininos e masculinos na época recebiam algum incentivo financeiro?
9. Como eram organizadas as competições? Em quais locais ocorriam?
10. Alguma atleta com a qual trabalhou naquela época permanece jogando na atualidade? Onde?
11. O senhor acha que as meninas sofreram preconceito por jogarem futebol? Quais?
12. Com quantos times você chegou a trabalhar na década de 1990? Como era a organização? Quais nomes receberam e quantas garotas?
13. O que o senhor acha que desmotivou as jogadoras abandonarem os times naquela época?

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA DESTINADO AS JOGADORAS

1. Como/quando despertou seu interesse para jogar futebol?
2. Quando/onde/com quem jogou pela primeira vez?
3. O que sua família e amigas diziam sobre você jogando futebol?
4. Como você percebia que a sociedade olhava para mulheres que jogavam futebol naquela época?
5. Você sofreu algum preconceito dentro ou fora de campo? Quais? Relate como foi.
6. Por quanto tempo jogou/joga futebol?
7. Por que você não seguiu na carreira de jogadora?
8. Sua família lhe apoiava/incentivava, assistiam você jogar?
9. Para você qual a principal diferença que havia entre o futebol dos meninos e das meninas naquela época?
10. Em quais locais/competições jogou? Havia torcida durante os jogos? A maioria eram homens ou mulheres?
11. Como era o processo de escolha/seleção das jogadoras?
12. Quais eram os seus ídolos no futebol?
13. Como você percebe o futebol feminino hoje?